



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA**

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA

POTENCIALIDADES REGIONAIS

ESTADO DE RORAIMA

**BOA VISTA/RR
FEVEREIRO 2000**

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. CONCEITUAÇÃO E METODOLOGIA.....	8
2.1. Área de Estudo.....	8
2.2. Potencialidade Regional.....	8
2.3. Restrições e Limitações	8
2.4. Variáveis (ou Indicadores).....	9
2.5. Critérios de Seleção.....	9
2.6. Base de Dados.....	11
2.7. O Processo de Aplicação	11
2.8. Reavaliação	12
2.9. Validação.....	12
2.10. Pré-requisitos	13
2.11. Reavaliação das Potencialidades - julho de 1999.....	13
3. RESULTADOS	16
3.1. Produtos potenciais de abastecimento local e regional.....	16
A - Moveleira.....	21
B - Oleiro-Cerâmico	21
C - Café.....	22
D - Arroz Irrigado	23
E - Pecuária de corte	25
F - Guaraná	25
G - Pesca Artesanal	26
H - Fruticultura	27
I - Apicultura.....	29
J - Cana-de-açúcar	30
3.2. Produtos Potenciais de Mercado Amplo.....	31
A - Ecoturismo.....	36
B - Fruticultura tropical: cupuaçu.....	37
C - Potencial Madeireiro.....	39
C.1 - Madeira serrada e pré-beneficiada.....	39
C.2 - Indústria de compensados/laminados	40
D - Piscicultura	41
E - Amido de mandioca	43
F - Dendê.....	45
G - Soja.....	47
H - Palmito de pupunha	48
4. INCENTIVOS FISCAIS E FINANCEIROS PARA O ESTADO DE RORAIMA.....	53
4.1. Incentivos Federais.....	53

A - Administrados pela SUFRAMA.....	53
B - Administrados pela SUDAM	54
C - Administrados pelo Banco da Amazônia (BASA).....	54
D - Administrados pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).....	56
4.2. Incentivos Estaduais.....	57

1. INTRODUÇÃO

O Estado de Roraima possui cerca de 225 km² de área total, englobando os ecossistemas de mata de transição, mata tropical densa (aproximadamente 2/3 do Estado) e cerrados (cerca de 17% do Estado). Nesses ecossistemas, por força de programas de colonização mal sucedidos, encontram-se cerca de 1.200.000 hectares de áreas desmatadas, em sua maioria sem utilização racional.

Nessas áreas de colonização, o total cultivado totaliza 30 mil hectares, com uma agricultura pouco produtiva, originando uma renda *per capita* anual inferior a R\$ 500,00. Entretanto, existem nessas áreas, mais de 4.000 km de estradas vicinais a serem mantidas pelo estado, 20.000 lotes agrícolas implantados, dos quais 5.000 abandonados, que podem servir de base para o desenvolvimento de uma agricultura racional, baseada na implantação de programas para produção de grãos, frutas tropicais, amido de mandioca, piscicultura, dentre outros.

As rodovias BR-174, BR-210 e Br-401, têm papel fundamental no programa, permitindo incorporar terras com solo, topografia e clima favoráveis à implantação de diversas culturas de interesse econômico, podendo servir de corredor de exportação para a Venezuela e para mercados do Caribe, Guiana, México e Estados Unidos, pela vantagem de apresentarem os custos de transporte substancialmente reduzidos.

O Estado de Roraima, por se localizar parcialmente nos hemisférios Norte e Sul, apresenta vantagens comparativas bem diferenciadas, no que se refere à produção agrícola, pois pode produzir, em duas épocas diferentes, grãos – inclusive sementes melhoradas - e outras culturas, com possibilidade de suprir o mercado dos demais Estados brasileiros, na entre-safra destes, podendo alcançar preços bastante atraentes.

Para dar oportunidade de atração de investidores para Roraima, quatro grandes rumos orientam a ação do governo:

- (1) áreas destinadas à produção;
- (2) ação estruturadora, através da consolidação e ampliação da infra- estrutura e desenvolvimento institucional;
- (3) integração produtiva, através de:
 - ◆ consolidação da matriz produtiva;
 - ◆ revisão das estruturas fiscais, extra-fiscais e creditícias;
 - ◆ reestruturação das atividades econômicas regionais, dinamizadas pelos eixos: **Saída Sul** – área de influência da BR-174, no trecho divisa de Roraima com o Estado do Amazonas até Boa Vista; **Saída Norte** – pela BR-174, no trecho entre Boa Vista e Pacaraima, divisa com a Venezuela; **Saída Nordeste** - BR 40, no trecho entre Boa Vista – Normandia – Bonfim, divisa com a Guiana e sua ligação através do Arco Norte, com Paramaribo, Guiana Francesa e o Estado do Amapá; e

(4) integração social, através de promoção de oportunidades para o fortalecimento e geração de novos empregos; modernização da infra-estrutura social; e demografia e aspectos fundiários.

O presente relatório apresenta as principais formulações e conclusões do trabalho intitulado “Potencialidades Regionais”, desenvolvido conjuntamente pelo Governo do Estado e a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, para o perímetro delimitado pelo Estado de Roraima. Inclui, também, o conjunto de informações, formulações e conclusões mais significativas sobre as potencialidades estaduais, resultantes da análise do universo de dados obtidos pela pesquisa bibliográfica e entrevistas realizadas com dirigentes e equipes técnicas das organizações estaduais e municipais, além de apresentar mapas e quadros que ilustram as mais relevantes características do Estado e de seus municípios.

Em outras palavras, inclui-se, no presente relatório, os principais resultados alcançados pela aplicação dos critérios de seleção e hierarquização de Potencialidades Regionais, aplicados a Fatores Potenciais (recursos, produtos, setores, sub-setores e/ou ramos de atividade) detectados nos municípios, incorporando-se nessa metodologia todas as questões decorrentes do conjunto de reuniões e discussões desenvolvidas entre as equipes técnicas da SUFRAMA e do Governo do Estado de Roraima.

O propósito da metodologia foi o de identificar, caracterizar, selecionar e ordenar prioridades (chamadas “Potencialidades Regionais”), regionalmente localizadas, que orientem as medidas incentivadoras da SUFRAMA/Governo de Roraima, no sentido de facilitar o processo de tomada de decisão de investidores potenciais sobre aplicação de recursos na Área.

Portanto, essas prioridades detectadas, serão de grande utilidade para favorecer o acesso de investidores, através do fornecimento de informações destinadas a facilitar uma seleção prévia de Fatores Potenciais (recursos, produtos, setores, sub-setores e/ou ramos de atividade), especialmente localizados em sub-regiões que, caracterizados e priorizados adequadamente neste estágio inicial, possam ser dimensionados e avaliados mais detalhadamente num segundo momento via projeto básico, projeto executivo e viabilidade econômica específicos passando, assim, a serem encarados como (ou transformados em), uma efetiva “Oportunidade de Negócio,” para um investidor particular interessado.

Destaque-se, a título de parêntesis, que foi nesse sentido que apareceram, com ênfase, na proposta original da FGV, as sugestões de convergência dos trabalhos propostos (Indicadores, Potencialidades etc.) via Banco de Dados (veja FIG.1). Desse modo, o conjunto daquelas Potencialidades, favorecidas, ainda, pela massa de informações procedentes de outros segmentos da SUFRAMA (como indicadores obtidos pelos mecanismos decorrentes da Análise de Projetos) devem, senão induzir, pelo menos contribuir para a tomada de decisão de um eventual investidor, acerca do “desenho final” de um projeto específico, consideradas todas as alternativas disponíveis no “ranking” de opções colocados à sua disposição pela SUFRAMA/Governo de Roraima.

Note-se que a idéia de Oportunidade de Negócios, na formulação da FGV, implica, necessariamente, na adoção de um Sistema de Informação como o aqui sugerido e numa

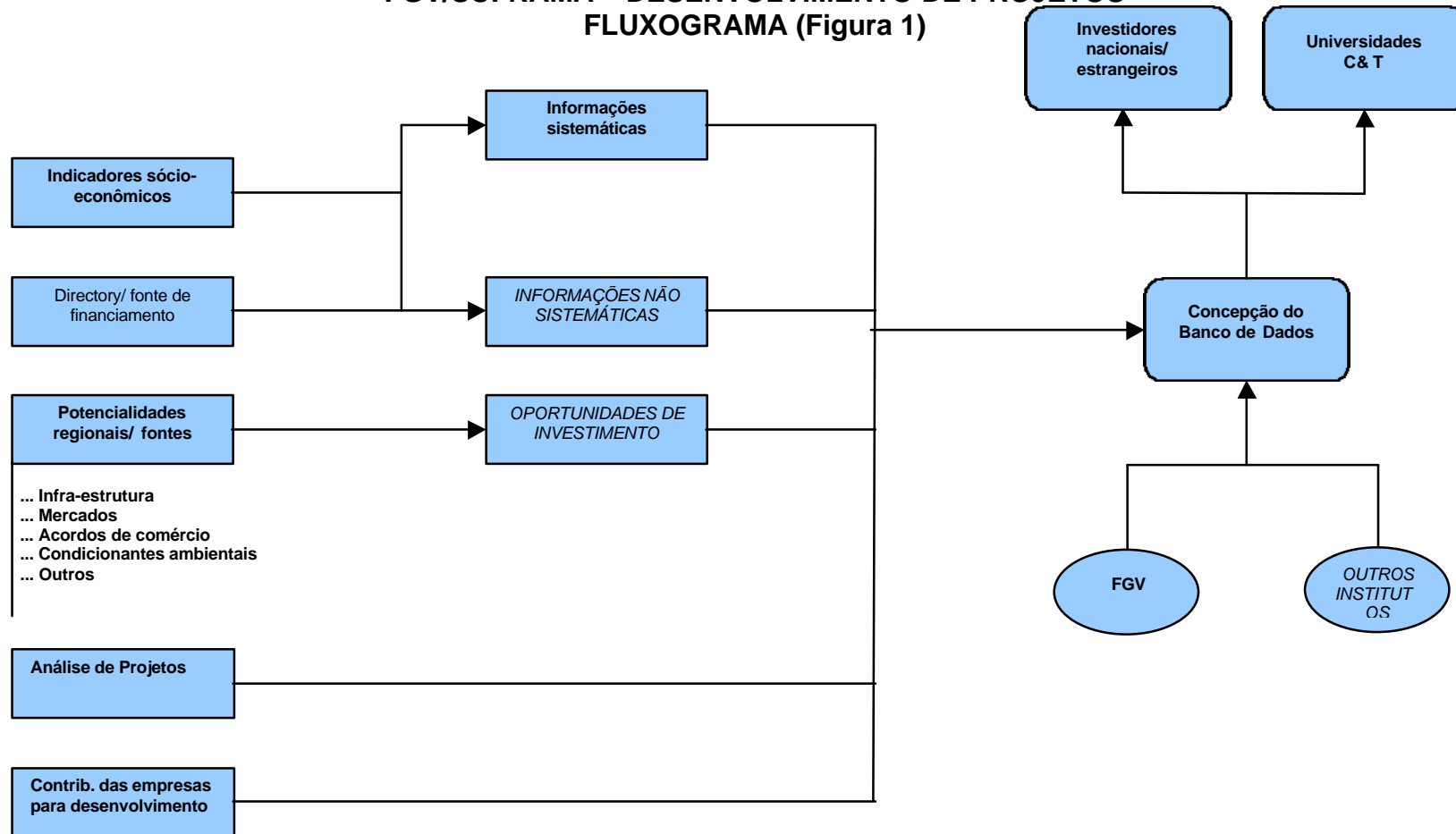
Estratégia de Marketing, a ser formulada pela SUFRAMA/Governo de Roraima, destinada a disseminar, no país e no exterior, as Potencialidades Regionais aqui apresentadas.

Assim, o presente documento representa, basicamente, um *Sumário Executivo* do trabalho desenvolvido pela SUFRAMA/Governo do Estado, trabalho esse de reavaliação do documento concluído em 1998, que incluiu a edição de volumes específicos que detalham todos os aspectos aqui apresentados. Todas estas informações incluem as modificações realizadas por ocasião das reuniões efetuadas por técnicos da SUFRAMA e do Governo do Estado, com a participação de órgãos dos Governos Federal, Estadual e Municipal que atuam no Estado, em julho de 1999.

Nesse sentido, inclui-se aqui:

- a metodologia e a conceituação adotadas na eleição das Potencialidades do Estado;
- as principais conclusões acerca das Potencialidades Regionais hierarquizadas;
- mapas-resumo, onde foram projetadas as potencialidades regionais selecionadas;
- os resumos dos estudos de viabilidade específicos realizados para produtos selecionados; e
- os incentivos e financiamentos federais e estaduais disponíveis.

**FGV/SUFRAMA – DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS
FLUXOGRAMA (Figura 1)**



2. CONCEITUAÇÃO E METODOLOGIA

São descritos, a seguir, os principais conceitos adotados pela metodologia de trabalho concebida pelo ISAE/FGV, destinada à identificação, seleção e hierarquização de “Potencialidades Regionais” do Estado de Roraima.

2.1. Área de Estudo

Definiu-se como Área de Estudo, o espaço geográfico compreendido pelos limites do Estado.

A primeira fase do estudo (levantamento de dados e caracterização da Área) foi desenvolvida nos municípios existentes, gerando informações para a segunda fase (identificação e hierarquização de potencialidades), onde os dados e as conclusões foram agrupados por Sub-regiões que compõem o Estado de Roraima.

2.2. Potencialidade Regional

Conceitua-se **Potencialidade** como os **recursos naturais, produtos, setores, ramos ou atividades econômicas**, (disponíveis mas não utilizados ou, total ou parcialmente utilizados) que, por suas características, **têm apelo suficiente para estimular a implantação ou ampliação de uma determinada atividade econômica**, considerados os limites e as características sócio-econômicas e ambientais da Área de Estudo. Destaque-se, que esses recursos naturais, produtos, setores, ramos ou atividades, para fins deste trabalho são, genericamente, chamados de **Fatores Potenciais**.

Como extensão desse conceito, **uma Potencialidade Regional** pode se transformar em uma **Oportunidade de Negócios** quando, **submetida a um conjunto de exigências** (como restrições, incentivos, avaliação econômica preliminar, etc.), **mantém ou amplia apelo suficiente para estimular uma decisão de investir** em uma determinada atividade produtiva, **agregando valor ou utilidade** aos **Fatores Potenciais**, isto é, aos recursos, produtos, ramos, setores ou atividades econômicas locais.

Note-se que, como referido na introdução, a **idéia de Oportunidade de Negócios** na formulação da FGV implica, necessariamente, na **adoção de um Sistema de Informação** como o aqui sugerido e numa **Estratégia de Marketing**, a ser formulada pela SUFRAMA, destinada a **disseminar, no país e no exterior**, os **apelos das Potencialidades Regionais** aqui sugeridas.

2.3. Restrições e Limitações

Entende-se por restrições o conjunto de elementos de cunho **natural, cultural, doutrinário** ou decorrente de **mandado jurídico ou institucional que limitam, por um**

prazo suficientemente longo, ou impedem ações antrópicas de natureza econômica, exceto por etnias locais., a utilização de Fatores Potenciais existentes em uma dada área geográfica.

Por limitações, entende-se o conjunto de elementos que **dificultam temporariamente, o uso pleno de Fatores Potenciais locais**, requerendo intervenções de naturezas várias, para sua remoção.

Dentro do campo de abrangência da metodologia adotada, **foram utilizados**, como restrições e limitações **atributos** como, por exemplo: **áreas indígenas, unidades de conservação, situação fundiária e jurídico-institucionais, epidemiologia, infestação**, etc.

2.4. Variáveis (ou Indicadores)

De acordo com as formulações metodológicas, entende-se como variável (ou indicador) **um atributo qualitativa e quantitativamente diferenciado** dentro dos limites da Área de Estudo, capaz de **intervir na intensificação ou redução do apelo** inerente aos recursos, produto, setor, ramo ou atividade econômica (os Fatores Potenciais), que devem influenciar as decisões de investimentos específicos.

Assim, a escolha de uma variável (ou indicador) como componente dos critérios de seleção, levou em consideração:

- seu potencial de **“mensurar quantitativa ou qualitativamente” reduções de limitações e restrições ou estímulos aos apelos** dos Fatores Potenciais (recursos, produtos etc.);
- seu potencial de **“traduzir” (ou incorporar) políticas públicas**, como o direcionamento estratégico no sentido de integração regional via BR-174 e de preservação ambiental, por exemplo.

Dessa forma, o conjunto de variáveis escolhidas que compôs as matrizes anexadas nos estudos de cada Estado, incorporou questões relacionadas com: incentivos, infra-estrutura (vias de acesso, energia, etc.), mercado (local, regional, nacional e internacional), tecnologia (consagrada, “de ponta”, intensiva, etc.), matérias-primas e insumos, questões sociais (emprego) e ambientais.

2.5. Critérios de Seleção

A seleção de um Fator Potencial (recurso, produto, setor, ramo ou atividade econômica) foi determinada pela **aferição de seu apelo**, quando **submetido ao “crivo”** do conjunto de **limitações ou restrições** (atuando como elementos redutores do apelo) ou das **variáveis e indicadores** (atuando como elementos indutores ou inibidores).

Fisicamente, a importância relativa das limitações, restrições e variáveis escolhidas, foi estimada através de uma matriz que relacionava:

- em linha, o conjunto de recursos, produtos, setores ou atividades econômicas, existentes ou potenciais, **dentro e para** os limites geográficos da Área de Estudo;
- nas colunas, dois segmentos que, respectivamente, reuniam as limitações, restrições no primeiro e as variáveis (ou indicadores) de seleção, no segundo (nesta ordem).

Como critério de pontuação e ponderação adotou-se uma sistemática de atribuição de valores que incluiu:

- pontuar dentro de uma escala 0/3, a influência das limitações e restrições sobre os recursos, produtos, setores, ramos ou atividades, identificados na Área de Estudo e explicitados, em linha, no primeiro segmento da Matriz;
- atribuir pesos, numa escala 0/5, representativos à importância relativa das limitações e restrições dentro de seu segmento (colunas) na matriz;
- pontuar, dentro da escala 0/3, a influência das variáveis (ou indicadores) de seleção sobre os recursos, produtos, setores, ramos ou atividades submetidas aos critérios das limitações e restrições;
- atribuir pesos, numa escala 0/5, representativos da importância relativa de uma variável (ou indicador) específica, dentro do segmento de todas as variáveis, apresentadas nas colunas na matriz.
- as pontuações indicam o grau de influência da variável de seleção e/ou da limitação/restrrição sobre os recursos, produtos, setores, ramos ou atividades identificados, sendo que, tanto para as variáveis de limitações e restrições como para as variáveis de seleção, a pontuação “0” (**zero**) indica ausência de influência. No caso dessas últimas variáveis (as de seleção), quanto **maior** a pontuação, **maior** o grau de influência da variável; enquanto que, no caso das variáveis de limitações e restrições, quanto **menor** a pontuação, **maior** o grau de influência da variável.

O modelo básico aplicado é de natureza geopolítica, o qual consiste na identificação e análise, num espaço geográfico bem definido, da dinâmica de origem e destino dos principais fluxos de qualquer natureza, interregionalmente, permitindo hierarquizá-las no conjunto e avaliar o grau de sensibilização de intervenções ao equilíbrio do todo.

A definição das sub-regiões baseou-se:

- na Política Espacial do Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) 1994/97; e
- no rebatimento entre a lista de municípios constantes no PDA e a divisão política apresentada no Mapa de Amazônia Legal do IBGE (1995). No caso de não correspondência, optou-se pelos dados do mapa do IBGE em função de sua maior atualidade

Assim sendo, a área de ação deste estudo é constituída do Estado de Roraima: seus 15 municípios distribuídos em 02 sub-regiões, de N° 17 e 18.

2.6. Base de Dados

Conforme proposta original da FGV, a metodologia adotou, como base de dados, o conjunto de informações disponíveis em pesquisas, estudos, planos, programas e projetos existentes nas diversas instituições federais (Ministério da Indústria e Comércio, etc.) regionais, (SUDAM, SUFRAMA, etc.) estaduais (Secretarias, Institutos, etc.) e municipais (Secretarias, Institutos, etc.), direta ou indiretamente envolvidas com a questão, além de dados primários e secundários obtidos junto ao acervo do ISAE/FGV, e entrevistas diretas com técnicos e dirigentes das mesmas organizações referidas.

2.7. O Processo de Aplicação

Resumidamente, cabe destacar que o processo de seleção das “Potencialidades” envolveu a **aplicação sucessiva**, em diferentes estágios, de **critérios de seleção**, estabelecidos a partir da reunião de **conjuntos diferenciados de restrições, limitações, variáveis e/ou indicadores**, previamente selecionados, **aos quais foram submetidos** os **Fatores Potenciais** (recursos, produtos, setores, sub-setores, ramos ou atividades) espacialmente distribuídos, com potencial de exploração ou, mesmo, já explorados pelas atividades produtivas da região.

A triagem se realizou no momento em que, através de uma matriz de dupla entrada, esses Fatores Potenciais foram **submetidos a cada um daqueles estágios**, resultando daí **segmentos “aprovados”** que, por sua vez, foram submetidos aos estágios subseqüentes, ou **“reprovados”** e excluídos do processo (Veja Fig.02).

Os critérios de seleção adotados foram, basicamente, de **natureza qualitativa e quantitativa** e reuniram variáveis representativas e/ou indicadores dos segmentos **sócio-econômico, ambiental e político** (estes últimos encarados como variáveis de correção) da área geográfica em questão, isto é, as sub-regiões pertencentes ao Estado de Roraima. São apresentados, a seguir, os estágios de triagem que agrupam quatro diferentes conjuntos de critérios:

- **critérios condicionantes ou restritivos**, utilizados no primeiro estágio de seleção. Reúnem variáveis e indicadores de **condições particulares consideradas pré-condições** para que um produto, setor, sub-setor, ramo ou atividade seja incluído no processo. Aparecem aqui fatores relacionados, de um lado, ao **direcionamento estratégico** do governo em geral e da SUFRAMA em particular e, de outro, aos **condicionantes legais e de natureza diversa** como, por exemplo, limitação de áreas demarcadas para reserva indígena etc., estes últimos só superados por decisões de estratégia política ou avanços tecnológicos. Essa primeira **“peneira (ou crivo) de triagem”** é utilizada com o propósito de **condicionar a implantação** de eventuais projetos de investimento (transformados em “Oportunidade de Negócios”) **às regras**

da estratégia geral das políticas públicas de desenvolvimento regional e/ou setorial;

- **critérios ambientais**, utilizados no segundo estágio de seleção. Incluem variáveis e/ou indicadores relacionados às formulações do modelo de desenvolvimento **sustentável**;
- **critérios sócio-econômicos**, usados no terceiro estágio. Reúnem as variáveis e/ou indicadores vinculados às atividades sociais e econômicas da região, desagregada em sub-regiões, incluindo-se aí, por exemplo, questões de **escala, integração da atividade produtiva (“árvores setoriais”), tecnologia, comércio exterior, infraestrutura, equipamentos sociais e urbanos dos núcleos populacionais, cenários, eixos de desenvolvimento** etc.;
- **critérios mercadológicos**, aplicados no quarto estágio do processo de triagem. Trabalhou-se aí com variáveis e/ou indicadores vinculados à **“reputação” ou “imagem”** da área como, por exemplo, a imagem de **“porta de entrada para a floresta tropical”** (Rain Forest), que estimulam as atividades econômicas relacionadas ao **turismo ecológico**.

2.8. Reavaliação

O mecanismo aqui sugerido admite **reaplicação para retroalimentação e reavaliações** periódicas, através da utilização, total ou parcial, dos critérios de seleção aqui formulados.

Nesse sentido é possível, ainda, **manter os critérios e fazer variar o elenco de limitações, restrições, variáveis e/ou indicadores** adotados, para cada critério em particular, em função de eventuais modificações ocorridas na região, dentro de um determinado período de tempo (Veja Fig. 02).

2.9. Validação

Com o intuito de validar o Projeto de Potencialidades Regionais junto ao Estado alvo da pesquisa, uma vez elaborado o Relatório Final, foi encaminhado à Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima, para ser previamente analisado e, posteriormente, organizar reuniões técnicas no Estado para apresentação, discussão, validação e obtenção de subsídios sobre os referidos documentos.

A SEPLAN convocou as instituições públicas e privadas que considerou pertinentes; entre outras, as demais Secretarias de Estado, EMBRAPA, EMATER, Bancos, Federação das Indústrias, Federação da Agricultura, IBAMA, SEBRAE, e Prefeitos Municipais. A reunião contou com a participação da SUFRAMA e a apresentação dos documentos, pelos técnicos da FGV/ISAE.

2.10. Pré-requisitos

A aplicação dessa metodologia implicou, necessariamente, em processos prévios de **definições teórico-práticas, fixação de pressupostos e definição de pré-requisitos**, dos quais dependeriam a maior ou menor eficiência do processo de seleção.

Assim, a metodologia aqui descrita abrangeu:

- **discussão, definição e enquadramento de cada Fator Potencial, segundo diferentes níveis de desagregação.** Neste caso foi utilizado, como instrumento, uma aproximação das classificações oficiais disponíveis que desagregam, formalmente, os **setores em sub-setores e ramos da atividade econômica no Brasil**. Um aspecto determinante para a execução dessa fase foi a maior ou menor disponibilidade, detalhamento e qualidade dos dados e informações acerca dos segmentos que se pretendia discutir;
- **definição, para cada um dos critérios, do conjunto de limitações, restrições, variáveis e/ou indicadores** que seriam utilizados como “**malhas de diferentes peneiras**” para triagem dos setores, sub-setores ou ramos selecionados;
- **hierarquização dos diferentes estágios**, através da **ordenação da seqüência de aplicação de critérios** e, dentro de cada critério, a **seqüência de aplicação** das limitações, restrições, variáveis e/ou indicadores que seriam utilizados. Isto porque **diferentes ordenamentos** de critérios, limitações, restrições, variáveis e/ou indicadores, **deveriam gerar diferentes listagens hierarquizadas** de produtos, setores, sub-setores ramos e/ou atividade econômica.

A aplicação da metodologia explicitada permitiu a montagem de matrizes, anexadas no final do estudo do Estado, com o propósito de hierarquizar os Fatores Potenciais, vale dizer, atividades econômicas, recursos, setores, ramos e/ou produtos regionais, detectados na Área de Estudo e, como conseqüência, identificar Potencialidades Regionais.

Dentro dessa formulação, foram projetados, nas linhas da matriz, agrupados por diferentes sub-regiões, recursos, atividades econômicas, setores, ramos e/ou produtos, reunidos em dois conjuntos, chamados de “existentes” (que incluiu componentes com ocorrência e/ou implantação efetiva na sub-região) e “potenciais” (que agrupou componentes com possibilidade reconhecida de ser implantado na área)

Nas colunas foram relacionadas as limitações/restrições e variáveis/indicadores de seleção destinadas a triar e estabelecer o “ranking” dentro do qual seriam selecionadas as chamadas Potencialidades Regionais.

2.11. Reavaliação das Potencialidades - julho de 1999

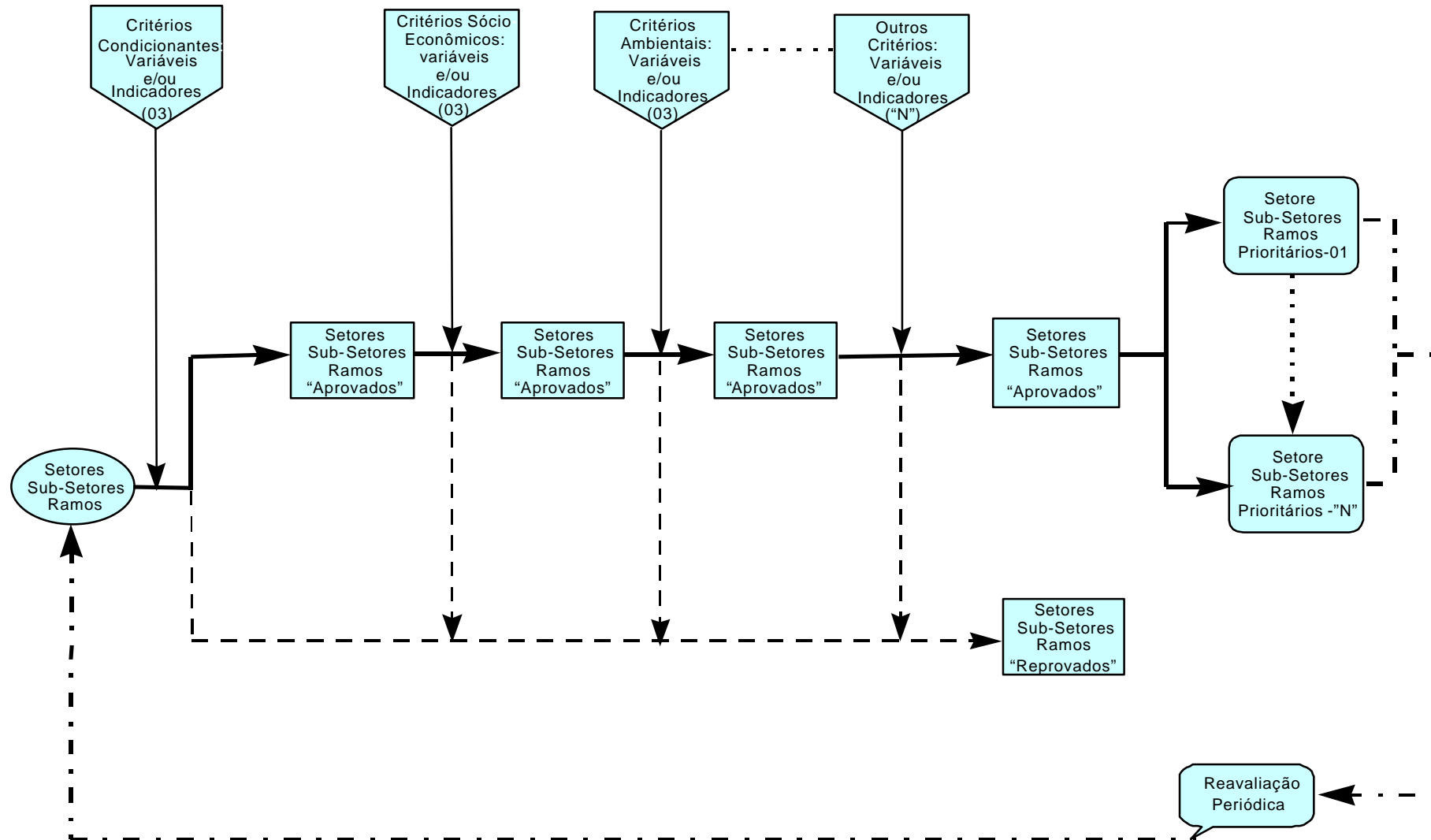
Seguindo-se a metodologia preconizada, no período de 21 a 24 de julho de 1999, foram realizadas reuniões para atualizar os dados constantes do documento, bem como

sugerir a “inclusão” e/ou “exclusão” de potencialidades aos mercados local/regional e amplo. Das Reuniões técnicas, participaram as seguintes instituições: Secretaria de Planejamento – SEPLAN; Secretaria de Agricultura – SAGRI; Instituto de Terras de Roraima – ITERAIMA; Coordenação de Turismo – CODETUR; Companhia de Águas do Estado de Roraima – CAER; Companhia de Energia de Roraima – CER; EMBRAPA/CPARR; Companhia de Desenvolvimento de Roraima – CODESAIMA; Secretaria de Abastecimento – SEAAB; Federação da Agricultura; Federação das Indústrias; Federação do Comércio; Associação das Micro Empresas; e Delegacia de Agricultura.

Foram sugeridas e efetuadas as seguintes alterações:

- inclusão dos “produtos” **Apicultura** e **Cana-de-açúcar** no mercado local/regional;
- inclusão do “produto” **Palmito de pupunha** no mercado amplo;
- o “produto” **Morango**, anteriormente constante do Mercado Local/Regional, foi excluído, por não ter sido considerado, no momento, como “potencialidade”.

FLUXOGRAMA (Figura 02)



3. RESULTADOS

O processo de seleção, via aplicação da metodologia aqui descrita, possibilitou a **identificação das Potencialidades Regionais**, apresentadas a seguir, em ordem decrescente de importância, através de hierarquização do conjunto de Fatores Potenciais, vale dizer, dos recursos, produtos, setores, ramos e/ou atividades detectados na Área de Estudo.

Dentro dos limites territoriais do Estado de Roraima são encontrados 15 municípios, agregados em 02 Sub-regiões: 17 e 18. Na sub-região 17 encontram-se 5 municípios: Boa Vista, Amajari, Pacaraima, Uiramutã e Normandia. Na sub-região 18, encontram-se 10 municípios: Alto Alegre, Mucajai, Iracema, Bonfim, Cantá, Caracaraí, São Luiz, Caroebe, São João da Baliza, e Rorainópolis

Os produtos, setores, recursos, ramos e ou atividades potenciais detectados no Estado de Roraima, em função das características de mercado, foram agrupados em:

- Produtos potenciais de abastecimento local e regional; e
- Produtos potenciais para um mercado amplo (além dos mercados local e regional, também para os mercados nacional e/ou internacional)

3.1. Produtos potenciais de abastecimento local e regional

Inclui-se o grupo de atividades que se restringem ao abastecimento local em função da população, existente nas localidades do Estado, que procura estes tipos de produtos. Porém, é um mercado delimitado pela demanda local, ou seja, suporta uma pressão empresarial limitada e só cresce de acordo com fatores como renda e população, entre outros.

No caso do abastecimento regional, ele depende da competitividade interestadual, ou seja, de fatores como a produtividade, o transporte, o custo de produção, e outros, que tornam o produto atraente para comercialização em outros estados regionais.

Especificamente no caso do Estado de Roraima, dadas as condições climatológicas diferenciadas do restante da Amazônia, os produtos potenciais de abastecimento local e regional possuem uma vantagem comparativa com relação aos mesmos produzidos em outros Estados, porque a sazonalidade dos produtos agropecuários ocorre em épocas distintas ao restante do País.

Após as alterações efetuadas por ocasião das Reuniões Técnicas realizadas no período de 21 a 24 de junho de 1999, o Quadro das Potencialidades para o abastecimento do mercado Local/Regional (Estado e Sub-regiões), ficou assim constituído:

Quadro de Potencialidades para o abastecimento do mercado Local/Regional (Estado e Sub-Regiões 17 e 18) – 1999.

Produto	Área de atuação da atividade ^(*)			Sazonalidade
	Estado	Sub-região 17	Sub-região 18	
Movelaria	Local	Local	--	Não
Oleiro-cerâmico	Loc/Reg	Loc/Reg	Loc/Reg	Não
Café	Loc/Reg	Loc/Reg	--	Sim
Arroz irrigado	Loc/Reg	Loc/Reg	Loc/Reg	Não
Pecuária de corte	Loc/Reg	Loc/Reg	--	Não
Guaraná	Loc/Reg	Loc/Reg	--	Sim
Fruticultura (laranja, caju, cítricos, Maracujá, manga e banana, etc.)	Loc/Reg	--	Loc/Reg	Sim
Apicultura	Loc/Reg	Loc/Reg	Loc/Reg	Não
Cana-de-açúcar	Loc/Reg	--	Loc/Reg	Sim
Pesca artesanal	Local	--	Local	Sim

(*) **SUB-REGIÃO 17** – Compreende 05 municípios: Boa Vista, Amajari, Pacaraima, Uiramutã e Normandia.

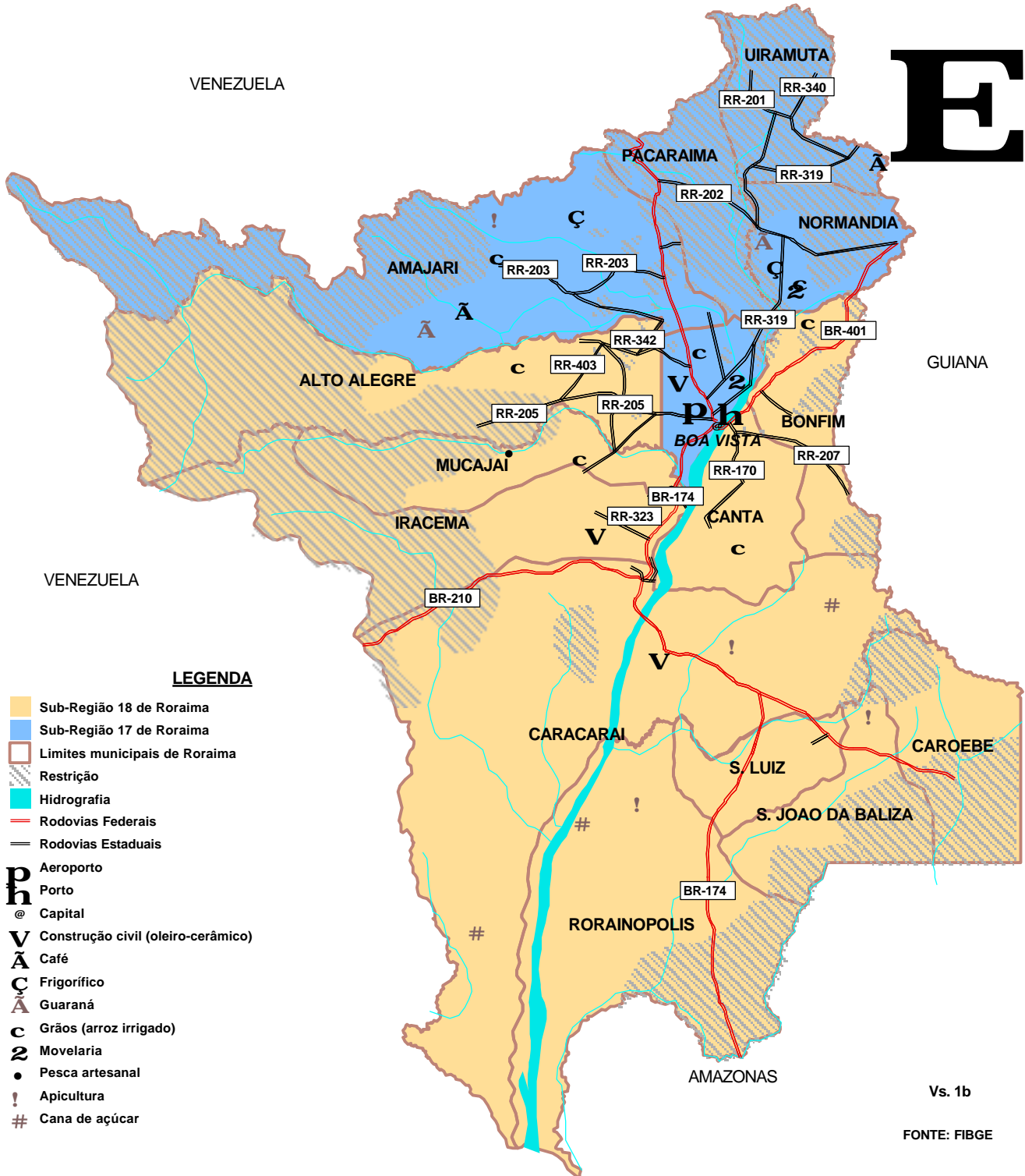
SUB-REGIÃO 18 - Compreende 10 municípios: Alto Alegre, Mucajai, Iracema, Bonfim, Cantá, Caracaraí, São Luiz, Caroebe, São João da Baliza e Rorainópolis.

Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Projeto Potencialidades Regionais - RORAIMA

PRODUTOS/ATIVIDADES DE MERCADO LOCAL/REGIONAL: SUB-REGIÕES 17 E 18

E



LEGENDA

- Sub-Região 18 de Roraima
- Sub-Região 17 de Roraima
- Limites municipais de Roraima
- Restrição
- Hidrografia
- Rodovias Federais
- Rodovias Estaduais
- P Aeroporto
- h Porto
- @ Capital
- V Construção civil (oleiro-cerâmico)
- Ã Café
- Ç Frigorífico
- Ä Guaraná
- c Grãos (arroz irrigado)
- 2 Moveleira
- Pesca artesanal
- ! Apicultura
- # Cana de açúcar

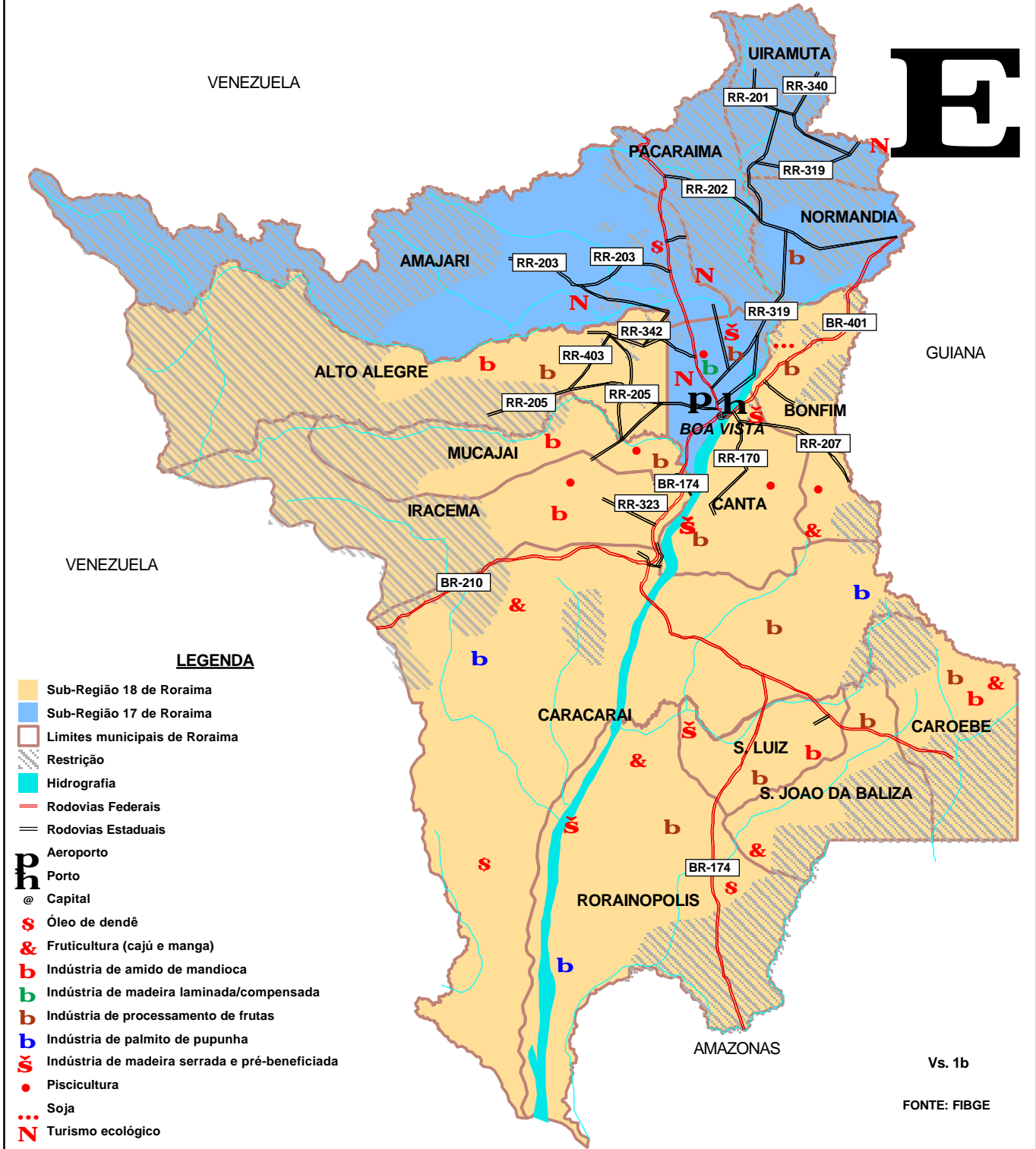
Vs. 1b

FONTE: FIBGE

Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Projeto Potencialidades Regionais - RORAIMA

MERCADO AMPLO: SUB-REGIÕES 17 E 18



LEGENDA

- Sub-Região 18 de Roraima
- Sub-Região 17 de Roraima
- Limites municipais de Roraima
- Restrição
- Hidrografia
- Rodovias Federais
- Rodovias Estaduais
- Aeroporto
- Porto
- Capital
- Óleo de dendê
- Fruticultura (cajú e manga)
- Indústria de amido de mandioca
- Indústria de madeira laminada/compensada
- Indústria de processamento de frutas
- Indústria de palmito de pupunha
- Indústria de madeira serrada e pré-beneficiada
- Piscicultura
- Soja
- Turismo ecológico

Vs. 1b

FONTE: FIBGE

Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Projeto Potencialidades Regionais - RORAIMA

PRODUTOS/ATIVIDADES DE MERCADO LOCAL/REGIONAL E MERCADO AMPLO:

SUB-REGIÕES 17 E 18



LEGENDA

- Limites municipais de Roraima
- Restrição
- Hidrografia
- Rodovias Federais
- Rodovias Estaduais
- P Aeroporto
- h Porto
- @ Capital
- ã Café
- # Cana de açúcar
- V Construção civil (oleiro-cerâmico)
- ! Apicultura
- Ç Frigorífico
- ã Guaraná
- c Grãos (arroz irrigado)
- 2 Moveleira
- Pesca artesanal
- & Fruticultura (cajú e manga)
- s Óleo de dendê
- b Indústria de amido de mandioca
- B Indústria de processamento de frutas
- G Indústria de palmito de pupunha
- B Indústria de madeira laminada/compensada
- G Indústria de madeira serrada e pré-beneficiada
- Piscicultura
- :: Soja
- N Turismo ecológico

Vs. 1b
 FONTE: FIBGE

NOTA: Os ícones em preto e cinza representam produtos/atividades de mercado local/regional e os ícones em vermelho, marrom e verde representam mercado amplo

Descrição sucinta sobre os produtos potenciais para abastecimento local e/ou regional.

A - Movelaria

O setor da industrialização da madeira no Estado de Roraima vem apresentando significativo desenvolvimento ao nível de surgimento de novas empresas, em função do enorme potencial madeireiro. Todavia, os métodos de produção são de reduzido nível tecnológico, pois não secam a madeira, o acabamento é deficiente, inexistente *design* moderno, dentre outros. Como resultado a produtividade do setor é baixa, com seus reflexos sobre a lucratividade, qualidade e nível de produção.

O incremento da eficiência produtiva depende de vários fatores, tais como: substituição das máquinas e equipamentos, introdução de novas tecnologias no processo produtivo, qualificação da mão-de-obra, utilização de madeira seca, disponibilidade de recursos financeiros para esta atividade.

O setor moveleiro está distribuído espacialmente em todo o Estado, sendo este o que possui o maior número de empresas (36,51% do universo industrial do Estado). É um setor que possui um enorme potencial de mercado, no seu grau de aderência e em sua capacidade de fomentar novos talentos empresariais.

Atualmente, existem 19 empresas formais e 37 empresas informais que atendem apenas ao mercado local, basicamente a cidade de Boa Vista, no qual possuem reduzida participação. Considerando as condições da produção vigente, o aumento da participação ocorrerá a partir da melhoria na qualidade, preços competitivos e incremento da renda estadual.

O setor moveleiro dispõe de grandes potencialidades, uma vez superados os problemas comuns ao setor, como qualidade, treinamento, acabamento, financiamento e incentivos à atividade.

B - Oleiro-Cerâmico

O setor oleiro-cerâmico possui problemas estruturais decorrentes do tamanho das empresas (na maioria são de micro e pequeno porte) e da forma como estão posicionadas no mercado de materiais oleiro-cerâmicos. As empresas de menor porte, descapitalizadas, utilizam máquinas, equipamentos e métodos de trabalho rudimentares, tendo como consequência baixa produtividade. Nas maiores, apesar de possuírem melhores condições de produção, existem também diversos pontos de estrangulamento no processo produtivo, que reduzem suas vantagens competitivas. O posicionamento no mercado é representado principalmente, pela concentração da oferta em dois únicos produtos (tijolo e telha) gerando enorme concorrência que ocasiona queda da lucratividade nos períodos de retração da demanda.

Existem no Estado 09 empresas formais, produzindo tijolos e telhas, com uma produção mensal estimada de 2.500 mil milheiros, com o que se abastece o mercado

local de Boa Vista; além da produção das empresas formais, o mercado da capital é abastecido por mais de 120 produtores informais, os quais desenvolvem suas atividades às margens do Rio Branco.

O mercado de produtos cerâmicos de Roraima tem peculiaridades em relação ao do resto da Amazônia, pois depende excessivamente do nível de investimentos do setor público. Sendo um Estado criado recentemente é enorme a quantidade de obras públicas, impulsionando o setor de construção civil e conseqüentemente, a demanda de produtos oleiro-cerâmicos.

Considerando que, tanto o governo como o setor privado continuam alavancando a atividade de construção civil do Estado, dada a estabilização econômica nacional e a conclusão da rodovia que liga Roraima a Venezuela, é possível concluir que ocorrerá incremento na demanda dos produtos fabricados pelo setor em pauta. O fundamental será atender as necessidades da demanda, não apenas em quantidade, mas também em qualidade.

O mercado não é totalmente abastecido, devido à sazonalidade da extração da matéria-prima e problemas técnicos de transporte e produção; mas existe um potencial de produção de outros produtos simples (como cerâmicas e ladrilhos), de amplo uso na construção civil e que hoje em dia são importados de outros Estados.

C – Café

A expansão do plantio do café no Estado de Roraima deverá ocorrer tanto em novas áreas de colonização quanto em outras já tradicionais. Esta expansão deve-se aos preços mais atraentes das últimas safras, em outros Estados, que estimularam o interesse na produção. Além disso, o Estado de Roraima apresenta condições ideais para produção de café **arabica** (tipo bebida), pelo fato de possuir clima de altitude, o que não ocorre em outros Estados tradicionalmente produtores, como Rondônia e Pará..

Na região Norte, com a predominância do cultivo do cafeeiro conilon, que é do grupo robusta, se estabeleceu uma tendência de menor preocupação com a qualidade, tendo em vista a sua bebida neutra, que contrasta com o café arábica, onde a preocupação com o tipo de bebida é uma constante e recebe preços diferenciados. Porém a qualidade do café comercializado tem deixado a desejar, em função de muitos defeitos que prejudicam, severamente, o tipo do produto, reduz seu preço e estigmatiza o café produzido em Rondônia, negativamente.

Outro aspecto que vem ganhando interesse dos produtores dos Estados de Rondônia e Pará, é o cultivo de variedades clonais, a exemplo das culturas do Espírito Santo. Esta alternativa representa um passo importante em vários aspectos. Há um aumento da produtividade, com testes mostrando valores da ordem de 60 sacas de café beneficiado por hectare, no Espírito Santo. Com a diferenciação das épocas de maturação se viabiliza a colheita com alta proporção de frutos maduros, aspecto fundamental para melhoria da qualidade. A seleção de clones agronomicamente melhores inclui a resistência a doenças, maior tamanho de grão e adequação da arquitetura das plantas, favorecendo maior uniformidade da cultura.

A Embrapa Rondônia está desenvolvendo trabalhos de seleção regional de clones, bem como, testes dos clones do Espírito Santo. Alguns clones promissores já foram identificados, com base em duas safras, o que caracteriza um resultado preliminar promissor, já permitindo implementação em escala piloto.

A alternativa de cultivo de variedades clonais está associada ao uso de tecnologias mais adequadas que as tradicionais em uso, assim, a adubação, poda, irrigação, controle de pragas, doenças e ervas daninhas, serão práticas indispensáveis e garantirão uma cafeicultura de alta produtividade. Nesta ótica fica ainda mais premente a necessidade de se investir em tecnologia de qualidade do café, visando agregar valor ao produto, em nível ótimo.

No futuro, será possível se investir na definição de uma marca regional para o produto diferenciado, a partir dos cuidados com a colheita e o preparo adequado - o café Amazônia. A Embrapa Rondônia já estabeleceu algumas referências preliminares para essa marca, caracterizando um tipo padrão. Novos avanços poderão ser implementados pelo trabalho integrado com equipes do Espírito Santo e São Paulo, que trabalham na definição de padrões de "bebida" para o café robusta.

Os dados do IBGE registram uma área plantada de 176.897 hectares e uma produção de 190.079 toneladas de café em coco, o que permite um cálculo aproximado de 9 sacas de café beneficiado por hectare (540 kg/ha).

Como principais municípios potenciais para o desenvolvimento da cultura no Estado, destacam-se Caroebe, Rorainópolis, São João da Baliza e São Luiz, definidos como aptos no zoneamento sócio-econômico ecológico do estado.

Como uma das culturas agrícolas de exportação mais importantes da pauta de exportações do País, a comercialização da sua produção em Roraima fica limitada aos mercados local e regional, por razões de competitividade.

Existe apenas uma torrefadora formalmente constituída, com produção média mensal de 06 toneladas, localizada na capital e que abastece 50% do mercado do Estado. A matéria-prima desta indústria vem de outros Estados. Segundo a FAO (1996), o consumo per capita brasileiro está estimado em 1,6 Kg./ano e a demanda projetada de Roraima atinge 396 toneladas por ano.

No entanto, a condição de existência de cerrados em Roraima, faz com que esta cultura se profile com potencial para abastecimento local e regional, embora na atualidade sua produção não seja significativa.

D - Arroz Irrigado

O arroz irrigado, diferentemente do arroz de sequeiro, não sofre o problema de sazonalidade da cultura. Nos últimos 5 anos, Roraima tem apresentado um melhor desempenho, aumentando sua participação na produção da Região Norte: de 12% em 1993, para 15% em 1996. Esse aumento significativo colocou o Estado como o terceiro maior produtor da Amazônia Ocidental.

Com o cultivo de 7.000 hectares, uma produtividade média de 6,00 toneladas por hectare, a expectativa de colheita da atual safra é da ordem de 42.000 toneladas. Os cultivos estão localizados na região centro norte do Estado, junto às várzeas dos rios Branco, Uraricoera, Surumú e Tacutú, dentre outros. O sistema de cultivo é mecanizado, com semeadura em solo seco, e é conduzido por produtores com capacidade empresarial, com interesse e conhecimento para adoção de tecnologias mais avançadas, bem como equipamentos para execução das práticas culturais recomendadas.

A lavoura começou a ser desenvolvida a partir de 1983, como alternativa à lavoura de arroz de sequeiro. Atualmente, o sistema de cultivo de arroz irrigado é desenvolvido por cerca de vinte produtores com área média de 350 hectares/ano, sendo que a maior lavoura ocupa, em Boa Vista, 1.600 hectares/ano. Nos meses de setembro e novembro acontece a maior concentração do plantio do arroz irrigado, podendo ser plantado em qualquer época do ano, evitando-se a colheita nos meses de junho, julho e até a primeira quinzena de agosto. Isto tem permitido a realização de duas colheitas no ano.

As cultivares plantadas são “BR IRGA 409” e “TAIM”, desenvolvidas pela EMBRAPA, com ciclo médio de 120 dias. A semeadura é a lanço com uso de 200kg/ha de sementes ou 160kg/hectare de sementes viáveis. A adubação aplicada a lanço com semeadeira / adubadeira, emprega de 400 a 500 kg/hectare dos formulados 04-28-20+Zn ou 04-30-16+Zn. Em cobertura, é aplicada a uréia, nas dosagens de 200 a 240 kg/hectare, utilizando-se avião, aos 15 e 45/50 dias após a germinação, dividida em duas partes iguais. A adubação é normalmente ajustada de acordo com a análise do solo e expectativa de produção.

O preparo do solo seco, tradicional, consiste numa aração de 20 a 25 cm de profundidade utilizando-se a grade aradora, em duas ocasiões, seguidas de duas a três gradagens niveladoras.

As principais pragas da cultura são as lagartas e os percevejos. O controle é realizado, utilizando-se de avião agrícola, quando a população atinge nível de dano econômico, normalmente em duas aplicações, com inseticidas (piretróides) e duas, com organofosforados (Monocrotophos), nas dosagens recomendadas pelos fabricantes.

A principal doença é a bruzone. Seu controle é normalmente realizado com fungicidas específicos, por meio de 2 aplicações com o uso de avião.

Perdas de produção, superiores a 30%, são comumente observadas em decorrência de plantas invasoras. O controle químico de invasoras, com uso de herbicidas pré-emergentes e pós-emergentes, é normalmente realizado por meio de aviões agrícolas, em duas aplicações. Existe uma série de produtos químicos utilizados com eficiência, nas dosagens indicadas pelos fabricantes. Quando existe compatibilidade entre os produtos químicos, inseticidas, fungicidas e herbicidas, estes são misturados e aplicados num mesmo vôo.

A distância média de transporte - da lavoura até as estruturas de secagem e armazenagem, atinge 150 quilômetros, com a maior parte em rodovias com revestimento primário e a estrutura de armazenagem e a indústria de beneficiamento do produto estão localizadas, basicamente, na capital Boa Vista.

O custo de um hectare de arroz irrigado em Roraima é de cerca de R\$ 1.250,00, enquanto a receita é de R\$ 1.920,00, para uma produtividade de 120 sacas de 50kg. Neste caso, a renda líquida prevista é de R\$ 378,00/ha. A receita apresenta-se, neste caso, 54% maior que os custos. O ponto de equilíbrio, ou seja, o montante que iguala custos e receita, é de 3.906kg/hectare.

E – Pecuária de corte

A pecuária bovina do Estado de Roraima caracteriza-se por ser predominantemente extensiva e pouco produtiva, com baixos níveis de produção e produtividade. Existem 4.400 estabelecimentos com pecuária, dos quais, 3.700 praticam a bovinocultura de corte. As atividades predominantes são as de cria; de cria e recria; e de cria, recria e engorda, totalizando 2.600 estabelecimentos e 271.100 animais. As informações sobre tamanho dos estabelecimentos agropecuários indicam que 90,2% deles possuem acima de 100 ha.

Por enquanto, o mercado é local, existindo um abate legal de 100 a 150 cabeças/dia (MAFIR-CODESAIMA). Mas o abate clandestino é muito grande e é o responsável pelo abastecimento de boa parte da periferia da capital de Boa Vista. Segundo a FAO (1996), o consumo **per capita** brasileiro é em torno de 30,1 Kg/ano, e a projeção da demanda anual do Estado está estimada em 7.439 toneladas (1998).

F - Guaraná

O guaranazeiro é encontrado na Amazônia brasileira, em estado nativo, na região compreendida entre os rios Paraná do Ramos e no Rio Negro, no Estado do Amazonas e na bacia superior do rio Orinoco, na Venezuela.

Em Roraima, há ocorrência sub-espontânea do guaranazeiro no Baixo Rio Branco, com plantios incentivados desde 1981, através do Programa Nacional de Estímulo à Cultura do Guaraná. Em grande parte da região, a cultura encontra condições naturais adequadas para estabelecer-se, devendo-se dar preferência a áreas providas de infraestrutura e boa localização com relação ao mercado.

O produto apresenta grande potencial para os mercados local e regional e vem sendo comercializado sob as formas de refrigerantes, bastão, pó e xarope. Estudos mostram que tem sido crescente a participação relativa do produto, no mercado, nas formas de refrigerante e guaraná em pó, enquanto têm decrescido sensivelmente o consumo de bastão e de xarope.

No Estado de Roraima, o guaraná não é produzido em escala econômica. O consumo local é ainda pequeno e o guaraná provém, na sua maioria, do Estado do Amazonas. Mas Roraima, pelas suas características climáticas, apresenta boas condições para a implantação e desenvolvimento dessa cultura.

Com a instalação de fábricas de concentrado na Amazônia Ocidental, as que fornecem a matéria-prima principal para as indústrias de refrigerantes, tem-se uma estimativa de consumo para 1999 de mais de 1.000 toneladas do produto, fato que garante à cultura do guaraná um destaque especial. Tais empresas, que para fazerem jus aos incentivos fiscais da região, necessitam adquirir insumos locais (Amazônia Ocidental) o que traz uma certeza para uma produção desta cultura no Estado de Roraima, apesar do cultivo do guaraná em outros Estados do país.

A seguir, são apresentados alguns dados referentes à produção do guaraná:

Quantidade Produzida de Guaraná (em tonelada) nos Estados da Amazônia e na Bahia.

Estado/Região	1998	1997	1996	1995	1994
Acre	30	30	30	24	19
Amazonas	448	359	806	503	333
Rondônia	N.D.	N.D.	50	147	676
Roraima	N.D.	N.D.	0	0	0
Amaz. Ocid.	478	389	886	674	1028
Pará	25	22	24	21	41
Amapá	N.D.	N.D.	0	0	0
Reg. Norte	503	411	910	695	1069
Bahia	1893	1449	957	1546	1424
Mato Grosso	132	132	157	149	181

Fonte: IBGE

Valor da Produção de Guaraná (em US\$ 1.000) nos Estados da Amazônia e na Bahia.

	1998	1997	1996	1995	1994
Acre	148,20	148,20	148,20	263,68	70,74
Amazonas	1.869,29	1.608,90	3.874,41	2.534,98	1.084,67
Rondônia	N.D.	N.D.	242,30	948,33	3.912,11
Roraima	N.D.	N.D.	0,05	0	0
Amaz. Ocid.	2.017,49	1.757,10	4.264,96	3.746,99	5.067,52
Pará	81,18	76,73	89,78	155,01	31,08
Amapá	N.D.	N.D.	0	0	0
Reg. Norte	2.098,67	1.833,83	4.354,74	3.902,00	5.098,60
Bahia	5.807,62	4.774,74	3.382,44	5.135,63	6.668,81
Mato Grosso	572,11	572,11	783,92	1.074,27	1.314,04

Fonte: IBGE

G - Pesca Artesanal

A atividade pesqueira no Estado de Roraima é totalmente artesanal, sendo realizada indiscriminadamente durante todo o ano, tornando-se uma exploração irracional e predatória, como atesta a pesca de arrasto e bomba, nos lagos, na época de águas baixas.

Os peixes capturados no inverno são, em sua maioria, peixes de couro e, no verão, são de escamas. No inverno são normalmente maiores e o processo de captura de maior produtividade é o espinhel. No verão, os processos de captura mais produtivos são o galão e o carrapicho.

As principais espécies mais capturadas, são:

Aruanã ou sulamba;	pacu;
aracu ou piau;	peixe-cachorro;
branquinha ou chorona;	pescada;
cangati;	pirapitinga;
carataí;	piraíba;
cuiú-cuiú;	piranha;
cuiú-cuiú preto;	pirarucu;
dourado;	sarapó;
jaraqui;	sardinhão;
mandi;	surubim;
mandi-chorão;	traíra; e
matrinchão ou matrinchã;	tucunaré

A pesca artesanal no Estado têm apenas duas Associações formais, constituídas por colônias de pescadores, cuja produção é pequena e não chega a atender 20% da demanda local. O abastecimento do mercado acontece através da aquisição do Estado do Amazonas.

Estimativas realizadas apresentam um consumo anual do Estado da ordem de 2.472 toneladas. Uma melhoria nas técnicas de captura, transporte e conservação do pescado, possibilitará o aumento da produção do Estado.

H - Fruticultura

O Estado de Roraima, dadas suas peculiaridades edafo-climatológicas, tem condições de produzir frutas de climas temperados, além das tropicais. Destacam-se como produtos de significativa produção: abacaxi, banana, caju, manga, laranja e demais cítricos e maracujá. O Estado de Roraima possui uma área de 225.116,1 Km², estando 17% desta sob ecossistema de cerrado, que permite a exploração de culturas como a manga e o caju, tendo a grande vantagem comparativa de coincidir a safra local com a entressafra das demais regiões produtoras do país.

Com base nos estudos da FAO (1996) a demanda de frutas para o Brasil é de 33,6 kg/ano por habitante. Com base neste dado, estimou-se a demanda do Estado de Roraima em 8.328 toneladas de frutos por ano. Dada a sazonalidade, que permite a exploração na época da entressafra das demais regiões do país, o mercado regional de frutas, principalmente laranja e outros cítricos, apresenta-se promissor.

A cultura do caju já é explorada em Roraima, apresentando bons níveis de produtividade e vem assumindo gradativamente maior importância como atividade

econômica, devido às suas potencialidades e à crescente demanda de mercado de frutas *in natura*, de polpas e doces.

Fruticultura – Quantidade Produzida x Valor da Produção de algumas frutas no Estado de Roraima - 1996

Produtos	Área colhida (ha)	Quantidade Produzida	Valor Produzido (R\$)
Banana	3.777	2.113 ton	3.581.524,00
Laranja	502	51.633 mil frutos	1.694.356,00
Outros citrus	239	6.597 mil frutos	455.757,00
Caju	162	1.638 mil frutos	969.073,00
Maracujá	32	6.603 mil frutos	303.620,00

Fonte: FIBGE

A fruticultura apresenta-se como uma das mais amplas opções de exploração econômica para o Estado de Roraima, por encontrar ótimas condições edafoclimáticas, bem como a privilegiada posição geográfica, fazendo fronteira com a Venezuela e Guiana, estando ligada as mesmas por via rodoviária, podendo colocar seus produtos em 24 horas, nos portos do Caribe, porta de exportação para os mercados Europeus, da América do Norte, Central e Caribe. Aliado as vantagens citadas, ainda fixa o homem no campo (um dos principais problemas dos assentamentos nos projetos de colonização do INCRA), propiciando sustentabilidade econômica, social e ambiental, por gerar empregos de forma direta e indireta e por ser de exploração permanente, preservando os recursos edáficos e hídricos .

Estudos feitos pelo SEBRAE-RR em 1983, mostram a viabilidade econômica do estabelecimento de pequenas e médias agroindústrias, possibilitando o aproveitamento das frutas descartadas para o comércio de frutas *in natura* e exportação.

A cultura do abacaxi já se encontra solidificada no Estado, sendo as regiões de Serra Grande, no município de Cantá e Apiaú, no município de Mucajaí, os principais pólos de produção. O estímulo ao aumento da área de exploração dessa cultura se deve a já existência de uma pequena agroindústria que processa esse fruto no município de Cantá e que será ampliada para absorver toda a produção do Estado, gerando renda e empregos diretos e indiretos.

No âmbito regional, o Estado do Amazonas é grande importador de manga, tanto do Estado do Pará, quanto de Roraima, que detém excepcionais condições de produção, com utilização de irrigação. No mercado nacional, é importante referir que os produtores de manga do Estado de Roraima, ainda que em número reduzido e com uma área plantada de apenas 54 hectares, têm enviado o produto para a CEAGESP, em São Paulo, por via aérea, sendo que no ano de 1998 foram enviadas cerca de 30 toneladas de frutas frescas.

A manga é um produto que vem sendo absorvido por diversos países europeus, desde 1986, sendo que o Brasil paga pela manga na CEE, uma tarifa reduzida, de 4%, quando a taxa normal é de 6%. A CEE, diferentemente dos Estados Unidos e do

Japão, exige para aceitação do produto, apenas a apresentação do Certificado fitossanitário emitido pelo Ministério da Agricultura, Abastecimento e da Reforma Agrária.

Os plantios de manga no Estado foram iniciados de forma espontânea, com algumas cultivares regionais. A introdução de tecnologias, especialmente a irrigação, tem possibilitado uma mudança qualitativa do produto, o que o torna apropriado para exportação. Assim, diversos produtores estão optando por cultivar novas variedades, mais produtivas e resistentes à pragas e doenças, com qualidade superior e capazes de competir no mercado externo. A produção está se concentrando nas áreas de lavrado (Cerrado), com destaque para o Projeto de Irrigação do Passarão e região de Monte Cristo.

A cultura de caju já é explorada em Roraima, apresentando bons níveis de produtividade e vem assumindo, gradativamente, maior importância como atividade econômica, devido às suas potencialidades e à crescente demanda de mercado de frutas *in natura*, sucos e doces, além da castanha.

A castanha de caju, além da utilização econômica da amêndoa, inclui a possibilidade de utilização da casca para produção do Líquido da Casca da Castanha (LCC), empregado como matéria prima na confecção de resinas fenólicas e pós de fricção para a indústria automotiva – lonas de freio e discos de embreagem; na fabricação de tintas, vernizes e esmaltes especiais; na fabricação de placas aglomeradas e compensados navais; inseticidas e fungicidas; isolantes elétricos e detergentes biodegradáveis.

Vale ressaltar, que Roraima é o único Estado da Amazônia Ocidental que produz caju comercialmente, devido à área de escape da doença da planta, chamada *antracnose*, em função do clima seco.

I – Apicultura

O Estado de Roraima oferece excelentes condições para o desenvolvimento de uma apicultura forte e consistente, devido ao equilíbrio existente entre as áreas de mata, cerrado (lavrado) e capoeiras, que oferecem uma infinidade de opções para a floração das mais variadas espécies de plantas.

A mata, o cerrado e as capoeiras, em especial, são extraordinariamente ricas em florações, que se prolongam por quase o ano inteiro, excetuando-se os meses de junho a agosto, período em que diminui a produção, devido a alta precipitação pluviométrica. Além disso, o mel produzido é isento de agrotóxicos e outros ingredientes próprios dos grandes centros agro-industriais.

Nas regiões do Apiaú e Uraricoera, a produtividade chega a 70 kg de mel/colmeia por ano, considerada bastante significativa, se comparada com a média anual alcançada em outras partes do Brasil, que chega a 10-25 kg/colmeia/ano, sendo que as floradas são mais longas em Roraima (cerca de dez meses), enquanto em outras regiões acontecem apenas uma ou duas vezes ao ano.

Além do mel, podem ser produzidos, também, os seguintes produtos da apicultura, todos com ótimo mercado: pólen, própolis, cera, geléia real e até veneno, muito usado na cura de reumatismo.

Embora muito recente no Estado, a apicultura já conta com 3 Associações, envolvendo 156 associados, nos Municípios de Boa Vista, São Luiz e Mucajaí, os quais produziram, em 98/99 cerca de 25 toneladas de mel, comercializado em sua quase totalidade em Boa Vista e outros municípios do Estado.

O programa de desenvolvimento agro-industrial, preconizado pelo Governo do Estado, através do incentivo ao plantio de fruteiras tropicais (manga, caju, abacaxí, cupuaçu, etc.), que buscará melhorar a qualidade de vida das comunidades rurais dos municípios (Alto Alegre, Mucajaí, Cantá, Boa Vista, Bonfim, Normandia, Rorainópolis, Caroebe, São Luiz, São João da Baliza e Caracarái), a partir de ações comunitárias integradas, orientadas para a qualificação profissional (práticas agrícolas, indústrias caseiras, viveiros, agroindústria e outras), implantação de atividades produtivas e ampliação de oportunidades ocupacionais para o homem do campo, em estreito relacionamento entre governo e comunidade, é mais uma razão para incentivar-se o desenvolvimento da atividade melífica no Estado.

J – Cana-de-açúcar

A cana-de-açúcar já se encontra instalada, em diversas regiões do Estado de Roraima, tanto nas áreas de floresta tropical, como na área de cerrado (lavrado). São plantios pequenos, conduzidos por produtores descendentes de nordestinos, que usam a planta para produção de rapadura e alguma pequena quantidade de açúcar mascavo, para consumo próprio.

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento está incentivando o aproveitamento das áreas de capoeiras para expansão da cultura, nos Municípios de São Luiz do Anauá e Iracema, principalmente para a produção de açúcar mascavo, visando atender a demanda da indústria de refrigerantes no Estado do Amazonas (Recofarma, Coca-Cola, Pepsi-Cola), que utiliza o produto para elaboração do xarope.

Pesquisas da EMBRAPA/CPAF-RR, demonstram que as cultivares NA 56-79 e B 49-119, são adaptadas às condições de área de mata do Estado, apresentando produtividade de 70 toneladas/ha, com boa porcentagem de brix.

3.2. Produtos Potenciais de Mercado Amplo

Um segundo grupo de produtos, colocados de forma hierárquica e caracterizados por possuírem um perfil mercadológico tendencial e que correspondem a culturas ou atividades econômicas que já possuem tradição de produção na região e/ou aquelas que por enquanto não existem, mas que tem potencial e despontam como relevantes no mercado local, regional e internacional proporcionando indicativos de investimentos.

A seguir, são apresentados os produtos potenciais com mercado amplo, selecionados para o Estado de Roraima e por Sub-Regiões, após a reavaliação efetuada nas Reuniões Técnicas, realizadas no período de 21 a 24 de julho de 1999.

Quadro de Potencialidades para o abastecimento do mercado amplo (Estado e Sub-Regiões 17 e 18) – 1999.

Produto	Área de atuação da atividade		
	Estado	Sub-reg 17	Sub-reg 18
Ecoturismo	X	X	X
Fruticultura: Cupuaçu	X	X	
Madeira Serrada e Pré-beneficiada	X	X	
Indústria de Compensado/Laminado	X	X	
Piscicultura	X	X	X
Amido de Mandioca	X		X
Dendê	X	X	X
Soja	X		X
Palmito de Pupunha	X	X	X

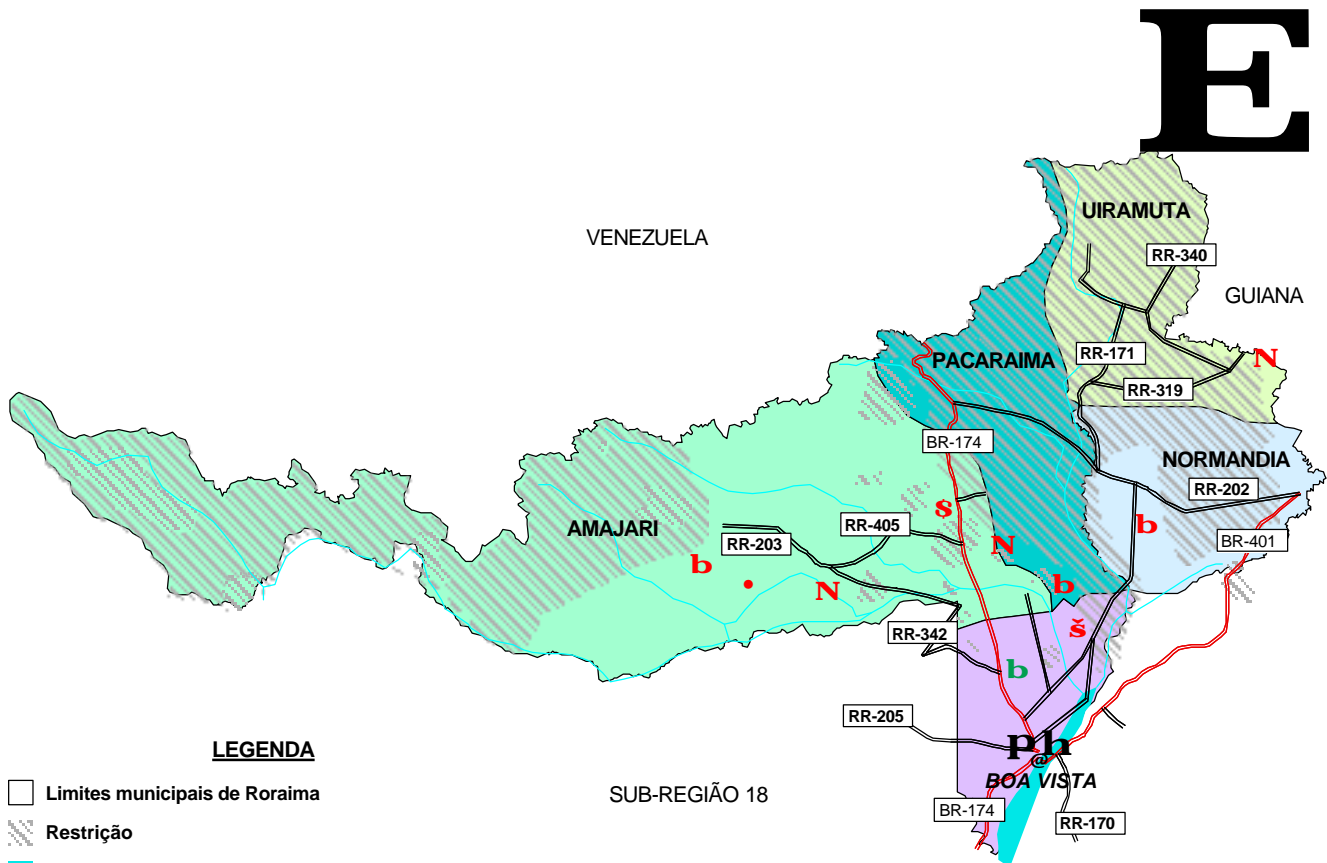
(*) **SUB-REGIÃO 17** – Compreende 05 municípios: Amajari, Boa Vista, Pacaraima, Uiramutã e Normandia.

SUB-REGIÃO 18 - Compreende 10 municípios: Alto Alegre, Mucajai, Iracema, Bonfim, Cantá, Caracarái, São Luiz, Caraobé, São João da Baliza e Rorainópolis.






Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Projeto Potencialidades Regionais - RORAIMA

MERCADO AMPLO: SUB-REGIÃO 17



LEGENDA

-  Limites municipais de Roraima
-  Restrição
-  Hidrografia
-  Rodovias Federais
-  Rodovias Estaduais
- p** Aeroporto
- h** Porto
- @** Capital
- b** Indústria de processamento de frutas
- b** Indústria de madeira laminada/compensada
- §** Óleo de dendê
- §** Indústria de madeira serrada e pré-beneficiada
- Piscicultura
- N** Turismo ecológico

SUB-REGIÃO 18

Vs. 1b

FONTE: FIBGE

Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Projeto Potencialidades Regionais - RORAIMA

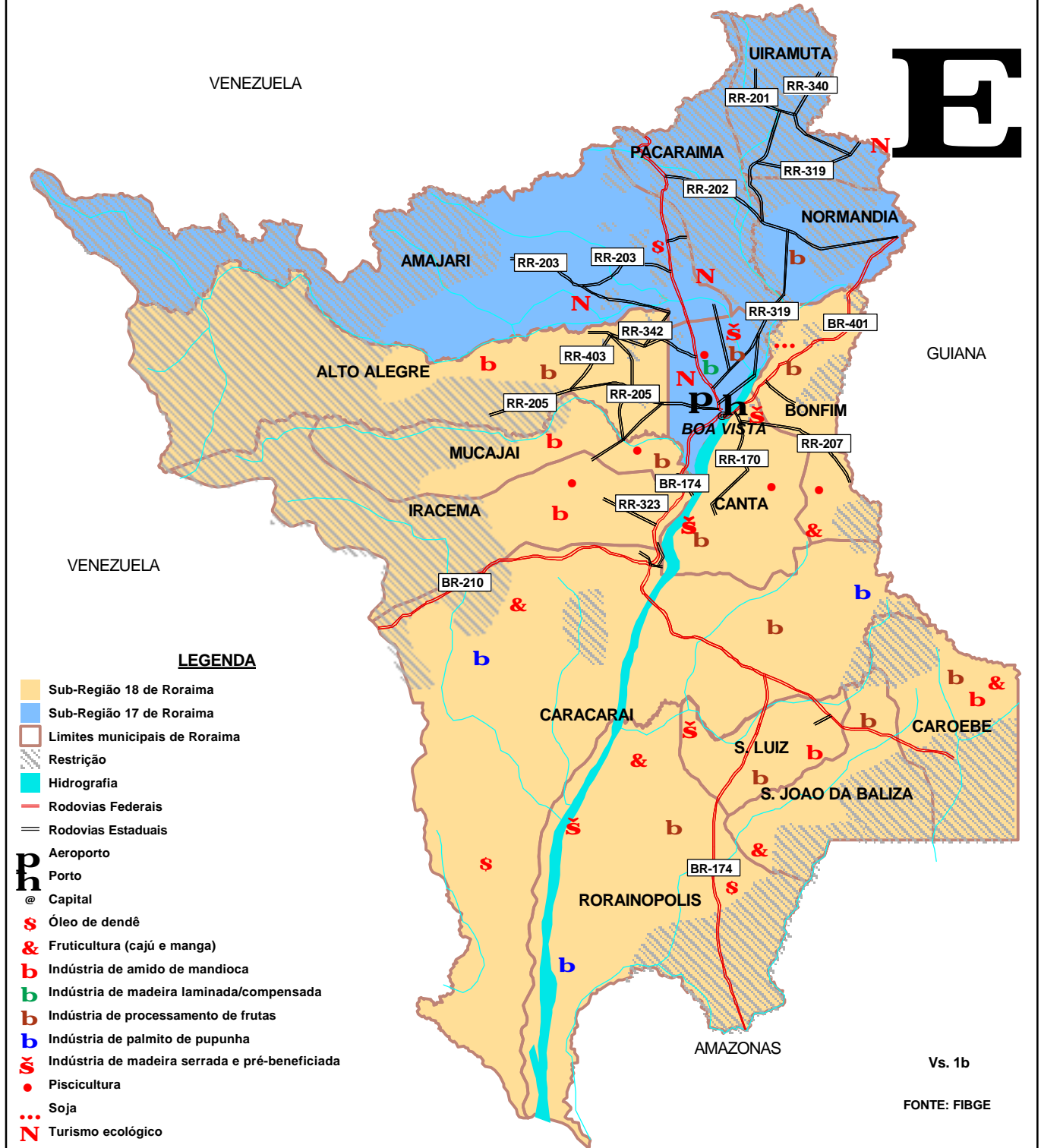
MERCADO AMPLO: SUB-REGIÃO 18



Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Projeto Potencialidades Regionais - RORAIMA

MERCADO AMPLO: SUB-REGIÕES 17 E 18



Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Projeto Potencialidades Regionais - RORAIMA

PRODUTOS/ATIVIDADES DE MERCADO LOCAL/REGIONAL E MERCADO AMPLO:

SUB-REGIÕES 17 E 18



LEGENDA

- Limites municipais de Roraima
- Restrição
- Hidrografia
- Rodovias Federais
- Rodovias Estaduais
- Aeroporto
- Porto
- Capital
- Café
- Cana de açúcar
- Construção civil (oleiro-cerâmico)
- Apicultura
- Frigorífico
- Guaraná
- Grãos (arroz irrigado)
- Moveleira
- Pesca artesanal
- Fruticultura (cajú e manga)
- Óleo de dendê
- Indústria de amido de mandioca
- Indústria de processamento de frutas
- Indústria de palmito de pupunha
- Indústria de madeira laminada/compensada
- Indústria de madeira serrada e pré-beneficiada
- Piscicultura
- Soja
- Turismo ecológico

Vs. 1b
FONTE: FIBGE

NOTA: Os ícones em preto e cinza representam produtos/atividades de mercado local/regional e os ícones em vermelho, marrom e verde representam mercado amplo

Caracterização dos produtos/atividades potenciais de mercado amplo

A - Ecoturismo

Segundo o Conselho Mundial de Viagens e Turismo, que congrega as maiores empresas multinacionais do setor, o mercado turístico mundial empregou, em 1991, 183 milhões de pessoas; em 1994, 204 milhões, ou seja, um de cada nove trabalhadores do mundo.

No período 1985/93, apesar da recessão mundial, o número de turistas que empreendeu viagens internacionais passou de 380 para 500 milhões. A Organização Mundial de Turismo estima que esse número atingirá 661 milhões no ano 2000.

Os ganhos financeiros provenientes do turismo internacional, mesmo excetuando-se os ganhos do setor de transportes, chegaram a US\$ 324 bilhões em 1993; dos quais, Europa detém 52%, as Américas, 27%, o Extremo Oriente e Pacífico, 16% e pela África, Oriente Médio e outras regiões da Ásia, os 5% restantes.

O Mercado do Caribe teve mais de 5 milhões de turistas internacionais no ano 1997 podendo ser atraídos para o produto “Amazônia”, por via terrestre (BR 174) ou aérea (aeronaves comerciais). De acordo com informações da EMBRATUR, o Brasil recebeu, em 1997, em torno de 2 milhões de turistas.

O Estado de Roraima apresenta potencialidade para explorar atividades turísticas, principalmente o ecoturismo, dada sua riqueza paisagística e localização geográfica. A região nordeste do Estado apresenta traços geomorfológicos de rara beleza, capazes de atrair turistas nacionais e estrangeiros. Ainda no nordeste a presença dos campos naturais e savanas constitui um espetáculo natural à parte. Do lado noroeste, a paisagem é rica em floresta tropical, rios e lagos, e é habitada por inúmeras famílias do grupo indígena lanomami, as quais ainda preservam seus traços culturais primitivos.

Ao centro-sul do Estado, descendo o Rio Branco, defronta-se com as corredeiras do Bem Querido, próximas à cidade de Caracaraí, e com uma infinidade de lagos naturais de rara beleza.

Não obstante a riqueza paisagística de Roraima, até o presente, pouco esforço foi observado para exploração desse potencial, à exceção do Lago de Caracaranã, cuja base econômica vem sendo explorada pela iniciativa privada. Existem também outras pequenas iniciativas privadas na região sudoeste do Estado.

O asfaltamento da rodovia BR 174, que liga Manaus (AM) a Santa Elena (Venezuela), passando pelo Marco BV 8, chamada de “rota Caribe – Manaus”, cortando todo o Estado no sentido norte-sul, poderá facilitar a iniciativa turística em Roraima.

Por outro lado, abrem-se boas perspectivas de investimentos públicos e privados em infra-estrutura turística, incluindo: a otimização da melhoria de infra-estrutura hoteleira, do sistema de transporte e das comunicações; a capacitação e treinamento do pessoal envolvido na atividade de ecoturismo; bem como a criação de novas opções de lazer.

Na sub-região 17, destacam-se os municípios de Boa Vista, Normandia, Pacaraima, Amajari e Uiramutã, enquanto que na sub-região 18, temos os municípios de Mucajaí, Caracará e Bonfim. Em tais municípios existe alguma infra-estrutura para atender esta atividade.

B - Fruticultura tropical: cupuaçu

A elevada demanda de polpa de cupuaçu no mercado interno e externo, a vantagem comparativa pela posição geográfica, no extremo norte do país e os resultados de pesquisa da Embrapa-Roraima, sobre a prospeção de demandas da cadeia produtiva do cupuaçu, onde mostra que quase 85 % da polpa de cupuaçu consumida em Roraima é oriunda do estado do Amazonas, faz com que esta cultura seja mais uma boa opção de exploração econômica para o Estado.

É bastante difícil prever, no momento, qual seria o mercado potencial de cupuaçu. Trata-se de uma fruta que está conseguindo ampla penetração no mercado nacional. Há que se determinar o perfil do consumidor dessa fruta nos centros mais populosos do país e do exterior.

A conquista de novos mercados depende de pontos importantes, tais como: competência, agressividade, apresentação de um produto confiável e higiênico, e garantia de oferta permanente, dentre outros. Este esforço vai depender de investidores públicos e privados que difundam o produto nas feiras, exposições, eventos oficiais, entre outros, tanto no país como no exterior.

A procura de cupuaçu tem sido maior que a oferta, o que faz alcançar preços elevados, competindo com a maioria das frutas (exóticas ou nativas) comercializadas na região. Projeções estatísticas indicam que a aceitação do cupuaçu e derivados atinge um índice médio de até 7% da população regional.

Segundo dados da EMBRAPA, no Estado de Roraima o cupuaçu apresenta produtividade até 2 vezes superior a qualquer outra região. Além disso, devido às condições climatológicas distintas, que favorecem uma produção dita de entressafra, o Estado pode ser uma área de escape da principal doença do cupuaçu (vassoura de bruxa), o que torna o cultivo altamente rentável, embora trate-se de uma cultura nova.

Em 1996 o Estado do Pará exportou 33 mil litros de polpa integral de cupuaçu, dado que ratifica a potencialidade do cupuaçu, apesar de não existir um volume de oferta e da organização da produção não ser suficiente para atender a demanda. Já existem contatos com instituições de pesquisa do país feitos por ingleses, norte-americanos, japoneses, franceses e suecos com grandes pedidos do produto, porém, ainda não concretizados devido ao problema de oferta supra citado.

Dados de viabilidade econômica do cupuaçu.

Produção / ano	30 t polpa congelada 26 t polpa pasteurizada 64 mil vidros (270 g) de geleia 20 mil bastões (200 g) de cupulate
Investimento Total	US\$ 238.895,95
Receita Total	US\$ 507.800,00
Custo Variável	US\$ 348.866,02
Custo Fixo	US\$ 91.474,16
Custo Total	US\$ 394.664,16
Lucro Líquido	US\$ 84.003,36
Ponto Nivelamento	57,60 %
Margem de Lucro	16,54 %
Rentabilidade	35,16 %
Taxa Interna de Retorno	47,00%
Tempo Retorno Capital	2 anos e 10 meses

Fonte: GTA

C - Potencial Madeireiro

C.1 – Madeira serrada e pré-beneficiada

A potencialidade de recursos madeireiros existentes na região Amazônica é indiscutível. De fato, há registros de que há na Amazônia, aproximadamente 3.500 espécies florestais localizadas em áreas de terra firme e várzeas. Destas, somente 25 espécies são as mais utilizadas nas indústrias de base da região, destacando-se entre estas:

- ◆ angelim-pedra (*Dinizia excelsa*);
- ◆ louro (*Nectandra rubra* e *Ocotea spp*);
- ◆ jacareúba (*Callophyllum brasiliense*);
- ◆ assacu (*Hura creptans*);
- ◆ cupiúba (*Goupia glabra*);
- ◆ cedrinho (*Scleronema micranthum*);
- ◆ sucupira (*Andira parviflora*);
- ◆ piquiá (*Caryocar villosum*);
- ◆ virola (*Virola surinamensis*);
- ◆ andiroba (*Carapa guianensis*);
- ◆ mulateiro (*Peltogyne sp*);
- ◆ guariúba (*Clarisia racemosa*);
- ◆ cedro (*Cedrela odorata*);
- ◆ itaúba (*Mezilaurus itauba*);
- ◆ samaúma (*Ceiba pentandra*);
- ◆ muiratinga (*Maquira coreacea*);
- ◆ copaíba (*Copaifera multijuga*);
- ◆ cerejeira (*Torresia acreana*);
- ◆ mogno (*Swietenia macrophylla*); e
- ◆ maçaranduba (*Manilkara huberi*).

A extração madeireira no Estado de Roraima, sofre restrições, impostas pela presença de inúmeras reservas legais, inclusive a existência de um grande mosaico de terras indígenas as quais são mantidas em estado de tensão social. Isto, sem levar em conta, as carências tecnológicas para a exploração de florestas nativas a partir de manejos auto-sustentados.

Mesmo com estas restrições, constata-se que a exploração econômica da atividade madeireira no Estado deriva a partir das formas vegetais, agrupadas em 3 categorias:

- floresta densa (59,1%);
- floresta aberta (18,7%); e
- formações sem interesse comercial (22,2%).

O volume comercializável de madeira por hectare é considerado baixo; oscila entre 9,36 e 39,75 m³/ha, dependendo do tipo florestal. Isso constitui uma limitação para a capacidade industrial aproveitar os recursos florestais, pois as grandes indústrias que viessem a se instalar, a médio prazo, apresentariam problemas de abastecimento de matéria prima.

Em Roraima, há predominância de serrarias concentrando suas atividades na capital mas existem também serrarias em vários municípios do Estado. Em Boa Vista há cerca de 8 empresas, sendo 6 de pequeno e médio portes e 2 consideradas de grande porte, com uma estrutura de produção e comercialização considerada de boa qualidade. Muitas destas empresas conjugam outras atividades como carpintaria, cerâmica e fábrica de móveis.

No Estado, existem 13 empresas formais, produzindo basicamente pranchões, pranchas e outras madeiras serradas e perfiladas. A concentração da produção dá-se nos municípios de Boa Vista e Mucajai, com amplo mercado, até internacional.

Analisando a pauta de exportações brasileiras, verifica-se a importância das exportações de madeira serrada e outros similares.

Exportações de Madeira do Estado de Roraima: (em US\$ FOB)

Produto	1996	1997	1998 (Jan/Jun)
Madeira serrada	224.859	456.068	554.804
Madeira Perfilada		23.650	52.410

Fonte: SECEX

C.2 - Indústria de compensados/laminados

A indústria regional de compensados tem sua produção voltada para atender tanto o mercado interno quanto o mercado externo. O mercado interno é abastecido com produtos como tábuas, pernamancas, pranchões de madeira, laminados e chapas compensadas. O mercado exterior é mais exigente quanto à qualidade dos produtos e de certa forma, dificulta um maior intercâmbio desses produtos no mercado internacional.

Mesmo a despeito dessas dificuldades, as exportações de madeira, carvão vegetal e suas obras, têm tido um crescimento significativo. No período de 1991-1995, houve um incremento de 157%, passando de US\$ 442,1 milhões em 1991 para US\$ 1.135,2 milhões em 1995.

Na América do Sul, o Brasil é o maior produtor de compensados, elaborados com matéria-prima oriunda de plantações existentes no sudeste do país e de madeiras tropicais da Amazônia. Estima-se que o estoque de madeiras tropicais do país é de 60 milhões de metros cúbicos. Devido a pressões ambientalistas, verificou-se uma redução na oferta de madeira no sudeste da Ásia e nos Estados Unidos o que propiciou aos produtores brasileiros um espaço no mercado internacional para os produtos semi-industrializados e de chapas de madeira. Este último representa, em média, 22% do total das exportações do sub-setor.

Estudos realizados pela FAO estimam que há uma tendência de crescimento no consumo de laminados, compensados e demais chapas de madeira ao nível mundial. Estas estimativas sugerem que até o ano 2010, haverá um crescimento de 121% em relação a 1991 para o consumo desses produtos, cujo volume poderá atingir 313 milhões de m³. Destes, 37,3% serão demandados pela Europa; 33,5% pela América do Norte e América Central; 20,5% pela Ásia e 5,4% pela América do Sul. O Brasil terá uma participação de 4,7% no consumo mundial e 86,2% no consumo da América do Sul.

Os principais aspectos legais/institucionais que regem a atividade madeireira são:

- Normas que regem a reposição florestal: Lei 4.771/65 (Código Florestal – com as alterações da Lei 7.803/89) em seus artigos 19, 20 e 21. Instrução Normativa N.º 01/96 – MMA;

- Normas que regulamentam o manejo florestal: Lei 4.771/65 (Código Florestal – Artigos 15 e 19 – Decreto 1.282/94). Medida Provisória 1.511/95. Portaria Normativa N.º 048/95 – IBAMA; e
- Decreto 2.788/98, que altera diversos artigos do Decreto 1.284/94. Uma das principais alterações, é a dispensa do EIA/RIMA para todos os Planos de Manejo Florestal e a determinação de tratamento diferenciado para pequenas e médias propriedades.

Dados de viabilidade econômica:

Produção/ano	63.000 m3 (70% capacidade 1º ano) 72.000 m3 (80% capacidade 2º ano)
Investimento Total	US\$ 17.850.154,87
Receita Total	US\$ 21.078.318,58 (80 % capacidade)
Custo Variável	US\$ 13.915.755,58
Custo Fixo	US\$ 2.395.258,76
Custo Total	US\$ 16.311.014,34
Lucro Líquido	US\$ 4.767.304,24
Ponto de Nivelamento	33,40%
Margem de Lucro	22,62%
Rentabilidade	26,71%
Taxa Interna Retorno	18,00%
Tempo Retorno Capital	5 anos e 4 meses

Fonte: ISAE/FGV

D - Piscicultura

O peixe é considerado um alimento de alto valor protéico, além de possuir sabor que agrada um universo significativo de pessoas em todo o mundo e vem se tornando um dos produtos com maior perspectiva de mercado atual e futuro. Segundo a FAO, o peixe será uma das commodities mais valorizadas até o ano 2020.

Na Região Amazônica o peixe é um dos recursos naturais mais abundantes. O número estimado de espécies biológicas gira em torno de 2.500, o que representa, aproximadamente, 8% dos peixes de todo o mundo, 30% dos peixes de água doce e 75% dos peixes de água doce do Brasil.

Entretanto a pesca é extrativista e condicionada portanto, pelo nível das águas dos rios com superprodução na época da “seca” e de escassez durante a época da “cheia” o

que influi decisivamente no preço final do produto. Uma alternativa para minimizar os efeitos da sazonalidade é a criação de peixes em cativeiro que além de propiciar um equilíbrio entre a oferta e demanda no mercado regional, estabiliza os preços ao longo do ano.

Nesse cenário, a piscicultura desponta como uma alternativa técnica e economicamente viável, tendo reflexos sociais importantes por ser geradora de receita local e contribuir para a criação de empregos. Essas características a colocam como uma atraente vertente para o desenvolvimento, principalmente na região amazônica, onde o clima e a malha hidrográfica favorecem a atividade, além de contribuir para a preservação ambiental.

A piscicultura é uma atividade produtiva, que permite o equilíbrio entre o interesse econômico e a exploração racional da natureza, porque apresenta elevada produtividade por hectare (entre 2.500 e 60.000 kg/ha/ano), utilizando menos superfície de terra, em comparação com outras atividades, como a pecuária, que varia de 70 a 300 kg/ha/ano.

Apesar da diversidade da ictiofauna na Amazônia, apenas 36 espécies são comercializadas, das quais somente dezoito apresentam produção significativa. Dentre estas destacam-se as relacionadas a seguir e que são recomendadas como espécies potenciais para a piscicultura na Amazônia Ocidental:

- ◆ Matrinxã (*Brycon cephalus*)
- ◆ Tambaqui (*Colossoma macropomum*)
- ◆ Curimatá (*Prochilodus nigricans*)
- ◆ Pirarucu (*Arapaima gigas*)
- ◆ Pirapitinga (*Piaractus brachyponius*)
- ◆ Acará-açu (*Astronotus ocellatus*) e
- ◆ Aracu (*Leoporinus spp*)
- ◆ Peixes de couro em geral (*cat fish*)

Existem diversos fatores que favorecem a sólida rentabilidade da piscicultura na Amazônia: clima de alta temperatura que favorece o crescimento dos peixes, espécies nativas que atingem grande tamanho na etapa adulta, variedade e custo de insumos disponíveis para alimentação.

Este setor tem grandes ramos que agregam altos valores em produto final, como exemplo temos o processo de filetagem de peixe e a defumação.

Atualmente a média do consumo brasileiro está estimada em 4 kg per capita/ano propiciando um mercado potencial brasileiro em mais de 600 mil toneladas de peixe/ano. A média do consumo na Região Amazônica é de 44 kg per capita/ano. Hoje a pesca nativa da região não produz 1/8 desta demanda, o que traz ao segmento um atrativo sem igual e um vasto potencial para empreendedores que invistam na atividade de cultivo de peixes (em especial o tambaqui), tanto para o mercado nacional como para o internacional. Segundo dados da FAO, a única commodity que terá seu preço majorado no ano 2020 será o pescado.

Apesar das dificuldades, existem atualmente no Estado de Roraima cerca de 300 piscicultores, embora apenas 5% destes possam ser considerados médio-grandes

produtores. Mas dados comprovam o crescente interesse local e as perspectivas de mercado nesse setor, fazendo da piscicultura uma das mais promissoras alternativas de desenvolvimento sócio-econômico do Estado.

Dados de viabilidade econômica

	Pescado (Tambaqui) ^(*)	Peixe defumado (Tambaqui)
Produção/ciclo	25 t/ha	10.500 kg de costela e 4.500 kg de filé de peixe defumado
Investimento Total	US\$ 33.185,84	US\$ 24.606,38
Receita Total	US\$ 66.371,68	US\$ 162.000,00
Custo Variável	US\$ 24.394,51	US\$ 100.640,00
Custo Fixo	US\$ 16.263,00	US\$ 43.904,20
Custo Total	US\$ 40.657,52	US\$ 144.544,20
Lucro Líquido	US\$ 25.714,16	US\$ 12.655,46
Ponto Nivelamento	38,74%	US\$ 115.914,00
Margem de Lucro	78,00%	71,60%
Rentabilidade	77,00%	51,00%
Taxa Interna Retorno	62,00%	41,00%
Tempo Retorno Capital	2 anos	1 ano e 9 meses

Fontes: CPAA/EMBRAPA-AM; GTA

(*) Ciclo produtivo = período de 08 meses

E - Amido de mandioca

A mandioca é um dos principais produtos, em área plantada, da Região Amazônica seja para fins comerciais seja para subsistência. Produto consumido em forma de farinha e produzida, via de regra, de forma artesanal, a mandioca é subutilizada em seu potencial produtivo, verificando-se um desperdício considerável nessa forma de produção primária.

A industrialização aparece como uma das formas com maior possibilidade de aproveitamento do produto que pode ser direcionada para o consumo humano, na forma de farinhas cruas ou torrada e polvilhos (doce e azedo), e para consumo animal, na forma de raspa e resíduos da própria indústria ou, simplesmente, transformada em fécula ou amido para fins industriais.

A produção mundial de amidos é de 34 milhões de toneladas atualmente, com valor estimado em 14 bilhões de dólares. Estima-se que esta produção deve ultrapassar 40 milhões de toneladas no ano 2000. O maior produtor é os Estados Unidos, com 14 milhões de toneladas, seguidos dos países asiáticos com 11 milhões, a União Européia com 6 milhões, a América Latina com 1,3 milhão e o Brasil com 1 milhão de toneladas.

A diversidade de aplicação do amido de mandioca como matéria-prima na indústria oferece-lhe uma ampla oportunidade de mercado interno brasileiro, mas também há grandes possibilidades de chegar a ser fornecedor do mercado externo. Estima-se que a nível mundial, 95% do amido é destinado a usos industriais diferentes daqueles utilizados como ingredientes em alimentos e, somente 5% é destinado à alimentação humana.

Em nível nacional, o maior consumidor de fécula de mandioca é o Estado de São Paulo. Aproximadamente, 80% desse consumo cabe aos frigoríficos e panificadoras e o restante, dividido entre as indústrias químicas, farmacêuticas, têxteis e outras. Os outros grandes consumidores são os Estados de Santa Catarina e Rio de Janeiro.

Na safra de 1996, o Brasil produziu aproximadamente 190.000 toneladas de amido, sendo que 70.000 toneladas correspondem a amidos modificados. O consumo interno chega a 200.000 toneladas.

A conquista, portanto, dos mercados interno e externo dependerá de um bom padrão de qualidade e de uma racionalização dos custos com conseqüente reflexo sobre os preços, tornando-os mais competitivos, principalmente, no mercado internacional.

Dados de viabilidade econômica:

Produção/ano	4.500 toneladas de amido
Investimento Total	US\$ 562.384,07
Receita Total	US\$ 1.194.690,27
Custo Variável	US\$ 935.798,23
Custo Fixo	US\$ 80.933,63
Custo Total	US\$ 1.016.731,86
Lucro Líquido	US\$ 177.958,38
Ponto de Nivelamento	31,3%
Margem de Lucro	14,9%
Rentabilidade	31,64%
Taxa Interna Retorno	28,8%
Tempo Retorno Capital	3 anos e 3 meses

Fonte: Pesquisa

F - Dendê

A Amazônia possui cerca de 70 milhões de hectares consideradas áreas aptas ou aproveitáveis para o cultivo do dendezeiro. Dessa área potencial somente 47.480 hectares são utilizados efetivamente com a cultura. Os Estados da Amazônia Ocidental, como Acre, Amapá, Rondônia e Roraima têm, em conjunto, 9 milhões de área, correspondendo a 12,9% do total de área potencialmente aproveitável.

Além disso, o cultivo do dendê pode ser considerado como uma atividade em condições de preservar o meio ambiente sem fortes agressões à floresta nativa porque deve ser plantado em áreas degradadas, possibilitando um perfeito recobrimento dessas áreas quando adulto e, na fase jovem, pode ser associado a leguminosas de cobertura de solo. Por isso o dendê pode ser enquadrado dentro do chamado desenvolvimento sustentável, sendo mais uma oportunidade de negócios na Amazônia.

Área Potencial Para a Cultura e Área Plantada com Dendê no Brasil - 1996

ESTADOS	Área Potencial (Ha)	Área Plantada (Ha)	Área em Produção (Ha)
ACRE	2.500.000	-	-
AMAPÁ	1.500.000	4.000	3.500
AMAZONAS	50.000.000	2.000	-
MATO GROSSO	500.000	-	-
PARÁ	10.000.000	32.977	24.601
RONDÔNIA	1.000.000	-	-
RORAIMA	4.000.000	-	-
TOCANTINS	500.000	-	-
BAHIA	-	8.503	3.400
TOTAL	70.000.000	47.480	31.501

O cultivo de dendê ainda é incipiente no Brasil, que produz 84.000 t/ano de óleo de dendê. A produção de óleo não chega a atingir 1% do total produzido na Malásia. A produção mundial é de 15,3 milhões de t/ano.

No âmbito mundial, o Brasil ocupa o 13º lugar entre os países produtores; na América Latina ocupa o 3º lugar depois da Colômbia e o Equador.

Existe, no país, um total de 12 indústrias de processamento de óleo de palma, sendo 7 localizadas no Pará com capacidade instalada de extração para 152 t/hora de cachos de frutos frescos (CFF), 3 na Bahia com capacidade para 62 t/hora de CFF, 01 no Amapá para 12 t/hora de CFF e 01 no Amazonas para 6 t/hora de CFF.

Em decorrência de suas vantagens econômicas e extra-econômicas, tais como alta produtividade, condições favoráveis de competitividade no mercado, baixo custo de produção, propriedades químicas ricas em nutrientes como as vitaminas A e E, baixo índice de colesterol, além da diversidade de usos e aplicações na industrialização de produtos alimentícios, o óleo de palma frente às demais oleaginosas tem perspectivas otimistas no mercado mundial futuro. Estima-se que irá superar o óleo de soja por volta do ano 2000, com uma participação de 20% da produção mundial de óleos e gorduras contra 19% do óleo de soja.

Atualmente no mercado das *commodities* este produto apresenta-se estável e com oferta crescente, os cinco maiores consumidores mundiais (China, Índia, Paquistão, Estados Unidos e Japão) aumentaram sua atuação no mercado em 5 vezes num período de 1973-1997, com um crescimento médio de 7%/ano.

O mercado brasileiro também apresenta boas perspectivas de consumo para óleo de palma que, atualmente, está em torno de 160 mil t/ano. Deste total, quase a metade é importada, porém a produção nacional, aos poucos, vem ocupando espaço no mercado interno, pois em 1992, 94% de abastecimento de óleo de palma provinham de importações de outros países. Há estimativas de que para o ano 2012 o consumo de óleo de palma e seus derivados no mercado brasileiro esteja em torno de 372 mil

toneladas/ano. A taxa de crescimento médio do consumo brasileiro é de 6% ao ano, próxima à de crescimento mundial (7% ao ano).

Dados de viabilidade econômica

Óleo de Dendê (incluindo o plantio de 600 ha de dendê)

Produção/ano	2.439,4 toneladas
Investimento Total	US\$ 1.993.200,00
-Receita Total	US\$ 1.573.736,80
Custo Variável	US\$ 824.783,19
Custo Fixo	US\$ 196.523,89
Custo Total	US\$ 1.021.307,10
Lucro Líquido	US\$ 552.429,70
Ponto de Nivelamento	26,24%
Margem de Lucro	35,10%
Rentabilidade	27,70%
Taxa Interna Retorno	28,00%
Tempo Retorno Capital	4 anos e 6 meses

Fonte: CPAA/EMBRAPA-AM

G - Soja

As áreas de cerrado são adequadas para a produção de grãos. No caso do Estado de Roraima, estima-se em 1.200.000 ha de áreas propícias para plantio de soja, que alcança uma produtividade de até 2.400 kg/ha, segundo a EMBRAPA, excelente em relação às médias em outros Estados, além de sua colheita coincidir com a entressafra dos demais Estados do Brasil. A cultivar Mirador é a recomendada.

A participação do óleo de soja é a mais importante na oferta de óleos e gorduras, representando 20% do consumo mundial. No cenário nacional o consumo de óleos e gorduras pulou de 6,20 kg/ano para 20,83 kg/ano, revelando assim, que há boas perspectivas para o produto tanto no mercado nacional como internacional.

O sistema de cultivo da soja no Estado está em processo de implantação e envolve agricultores que migram do sul e centro-oeste do Brasil, com experiência na atividade. A exploração é conduzida mecanicamente, desde o preparo do solo até a

colheita. A expectativa de produção em área de primeiro ano de cultivo é 1.500 a 1.680kg/hectares, com evolução para 2.400kg/hectares após o terceiro plantio.

Para que a soja se desenvolva nos solos de cerrados é fundamental que se faça a correção da acidez e da baixa fertilidade destes solos. A correção da acidez é realizada incorporando-se calcário, o mais profundo possível. A quantidade de calcário aplicada é determinada pela análise do solo e objetiva elevar o pH do solo para a faixa de 5,5 a 6,0. Em termos médios são empregadas 2,5 t/hectares de calcário PRNT 60%. O preparo do solo tem sido realizado, basicamente através de gradagem aradora, seguida de grade niveladora.

A adubação corretiva gradual, normalmente utilizada pelos produtores, emprega de 350 kg/hectares da fórmula 02-20-20+FTE ou da fórmula 00-20-20+FTE. A adubação é realizada com base na análise do solo, levando-se em consideração a expectativa de produção. A soja exporta para cada tonelada de grãos, cerca de 20 kg de K20 e 20 kg de P205.

Dados de viabilidade econômica:

Produção/ano	1,7 t (1º ano); 1,9 t (a partir 2º ano)
Custo de Implant./Manutenção / ha	US\$ 399,49 (1º ano) US\$ 350,81 (a partir 2º ano)
Receita ano/ha	US\$ 400,18 (1º ano) US\$ 447,26 (a partir 2º ano)
Taxa Interna Retorno	14%
Tempo Retorno Capital	5 anos e um mês

Fonte: Pesquisa

OBS.: Outros indicadores não foram calculados por não disponibilidade de informações de investimento, custos fixos e variáveis.

H – Palmito de pupunha

A Região Amazônica produz atualmente mais de 95% da produção nacional de palmito oriundo, principalmente, da extração nativa do açaí de várzea (*Euterpe oleracea*), provenientes dos Estados do Pará e Amapá. Esta extração é, na maioria das vezes, predatória, comprometendo a reserva desta espécie e concorrendo com a extração do fruto, cujo suco (vinho) é bebida tradicional na região.

A instalação da indústria de palmito de origem extrativa na Amazônia começou no final dos anos 60, nos Estados do Pará e Amapá. No Estado do Amazonas é mais recente, tendo sido iniciada na década de 80 com a exploração nativa do açaí de terra firme (*Euterpe precatória*) espécie que, diferentemente daquele da várzea, não perfilha.

O plantio de pupunha no Brasil iniciou no final da década de 80, com a maior parte dos cultivos sendo implantados nos últimos 5 anos. No Estado de Roraima, o plantio da pupunheira está sendo incentivado, principalmente nas áreas de capoeiras, preparadas para a implantação de sistemas agroflorestais, no sul do Estado. A grande importância regional para o Estado de Roraima, será a produção de palmito, cuja procura aumenta constantemente, por parte do mercado consumidor. Assim como o Estado do Amazonas está investindo no cultivo da pupunha para produção de palmito, para atender o mercado local/regional e aos mercados do centro-sul do Brasil, o Estado de Roraima deverá fazê-lo, também, visando o mercado amplo.

A produção potencial de conserva de palmito de pupunheira no Estado do Amazonas, em 1998, está estimada em torno de 300 toneladas/ano de peso líquido drenado, e deve atingir, nos próximos dois anos, 1.168 t/ano. A indústria de conserva de palmito apresenta uma estrutura tecnológica relativamente simples que não demanda elevados investimentos e depende da eficiência das operações manuais de corte e acondicionamento do produto.

Tanto o mercado nacional como o internacional são considerados de grande potencial para o palmito, dado que a produção brasileira já chegou a atingir 132.104 toneladas em 1985, decrescendo em 1994 para 21.900 toneladas, representando uma queda de 83%. Um dos fatores responsáveis por esta situação é o esgotamento das reservas da juçara (*Euterpe edulis*) no sul do país e a rigidez da oferta do açaí do estuário do Rio Amazonas, que se acha em fase de declínio para a produção do palmito, em função da produção de fruto.

Convém alertar que os países importadores iniciam um processo de boicote à exploração extrativa predatória de reservas naturais, impondo severas restrições à aquisição dos produtos de origem extrativa. O palmito extrativo de açaí será, com certeza, alvo deste boicote, principalmente a partir da possibilidade da produção de espécies cultiváveis. Atualmente, o mercado mundial de palmito está sendo retomado através da produção de matéria-prima oriunda do cultivo, com destaque para a pupunheira, que é responsável pela quase totalidade da produção de palmito cultivado no mundo. Vários países da América do Sul e Central estão expandindo a produção desta espécie.

A Costa Rica exporta atualmente valores superiores a 5.000 mil toneladas de palmito processado de pupunheira, principalmente para os Estados Unidos e Europa. Estima-se que o Brasil alcançou em 1997 a área plantada de 5.000 hectares desta espécie, principalmente no Centro Sul brasileiro, com destaque para São Paulo, Espírito Santo e Bahia.

Para agroindústria de palmito, a pupunheira desponta como uma excelente alternativa, dadas a sua rusticidade, precocidade, perfilhamento e excelente qualidade do palmito.

Rusticidade: a pupunheira desenvolve-se bem mesmo em solos de baixa fertilidade.

Precocidade: mesmo em solos pobres, comuns na Amazônia, a pupunheira é possível cortá-la para extração do seu palmito por volta de dois anos.

Perfilhamento: permite a renovação natural da planta, o que possibilita cortes sucessivos por mais de dez anos.

Qualidade: o palmito de pupunha, pela sua excelente qualidade, tem obtido ótima aceitação, tanto no mercado nacional quanto internacional.

No que se refere ao mercado externo, países europeus como França, Espanha e Itália são tradicionais importadores de palmito brasileiro em conserva. A demanda destes países corresponde a mais da metade das exportações brasileiras sendo a França o principal consumidor do produto. O outro grupo de países demandantes encontra-se no continente americano, sendo os Estados Unidos o principal comprador.

Dados de viabilidade econômica:

Palmito de pupunha

Produção/ano	1.200.000 vidros de 1 kg
Investimento Total	US\$ 841.542,48
Receita Total	US\$ 3.185.840,71
Custo Variável	US\$ 2.574.318,23
Custo Fixo	US\$ 113.175,22
Custo Total	US\$ 2.687.493,45
Lucro Líquido	US\$ 498.347,26
Ponto de Nivelamento	18,5%
Margem de Lucro	15,64%
Rentabilidade	59,22%
Taxa Interna de Retorno	46,4%
Tempo de Retorno do Capital	2 anos e 5 meses

Fonte: FGV/ISAE

OBSERVAÇÃO:

Com relação à **Mineração**, o Estado de Roraima possui potencial mineral, mas estima-se que cerca de 90% das áreas de ocorrências, encontram-se em áreas indígenas, pretendidas pela FUNAI ou destinadas a parques florestais ou reservas ecológicas.

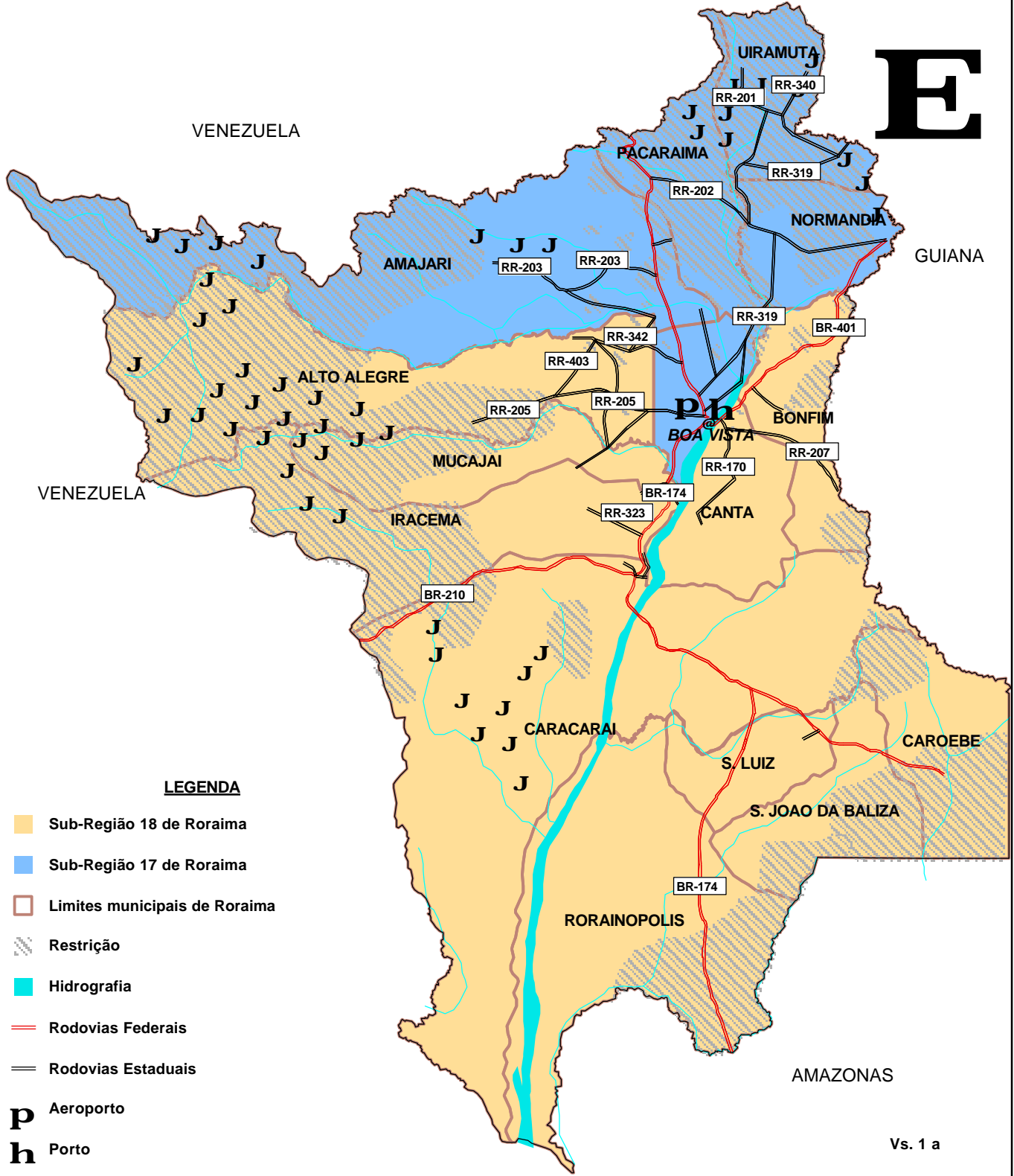
Historicamente, Roraima já se destacou pela extração de ouro e diamantes, que inclusive chegou a exportar, mas era uma exploração limitada a garimpos.

A exploração de recursos minerais, estão a reclamar posicionamentos políticos no sentido de instalar e fazer crescer o gênero industrial da mineração no Estado de Roraima. Acredita-se que, uma vez superada a problemática das terras indígenas, essa atividade tem condições de deslanchar e apresentar sua grande contribuição para o crescimento de Roraima.

Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Projeto Potencialidades Regionais - RORAIMA

MINERAÇÃO



LEGENDA

- Sub-Região 18 de Roraima
- Sub-Região 17 de Roraima
- Limites municipais de Roraima
- Restrição
- Hidrografia
- Rodovias Federais
- Rodovias Estaduais
- p** Aeroporto
- h** Porto
- @** Capital
- J** Estrativismo Mineral

Vs. 1 a

FONTE: FIBGE

4. Incentivos Fiscais e Financeiros para o Estado de Roraima

4.1. Incentivos Federais

A - Administrados pela SUFRAMA

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus - administra os benefícios destinados a empreendimentos industriais que se localizem na Zona Franca e que são extensivos à Amazônia Ocidental:

- 1 - Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI:
 - ✓ para mercadoria de procedência estrangeira consumida na Amazônia Ocidental, desde que listada na Portaria Interministerial n.º 300/96;
 - ✓ para mercadoria de procedência nacional ingressada na ZFM e demais áreas da Amazônia Ocidental;
 - ✓ aos produtos elaborados com matérias-primas agrícolas e extrativas vegetais de produção regional, em todas as localidades da Amazônia Ocidental

- 2.- Crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI:
 - ✓ calculado como se devido fosse, sempre que os produtos elaborados com matérias-primas agrícolas e extrativas vegetais de produção regional sejam empregados como matérias-primas, produtos intermediários ou material de embalagem na industrialização em qualquer ponto do Território Nacional, de produtos efetivamente sujeitos ao referido imposto.

- 3 - Isenção do Imposto de Importação – II:
 - ✓ a mercadoria de procedência estrangeira listada na Portaria Interministerial n.º 300/96, destinada à Amazônia Ocidental.

- 4 - Programa Especial de Exportações da Amazônia Ocidental – PEXPAM:
 - ✓ mecanismo de incentivos que permite a importação de matérias-primas, insumos e componentes para industrialização de bens destinados exclusivamente à exportação. Contempla os seguintes incentivos:
 - ⇒ Isenção do II;
 - ⇒ Isenção do IPI;
 - ⇒ Isenção do IE;
 - ⇒ Isenção do ICMS;
 - ⇒ Isenção do pagamento de taxas, preços públicos e emolumentos devidos a quaisquer órgãos da administração pública;
 - ⇒ Inexigibilidade ao cumprimento de Processo Produtivo Básico – PPB;
 - ⇒ Autorização de importações extra-quota;
 - ⇒ Concessão de quota-prêmio; e
 - ⇒ Crédito prêmio para equalização de transporte.

PORTARIA INTERMINISTERIAL MF/MPO N.º 300, de 20/12/96:

- ✓ aprova a pauta de produtos e bens a serem comercializados com os benefícios instituídos no decreto-lei n.º 356, de 15/08/68. No caso específico do Estado de Roraima contemplam-se, entre outros:
 - ⇒ Peixes secos, salgados ou em salmoura, peixes defumados, mesmo cozidos antes ou durante a defumação;
 - ⇒ Leite e creme de leite;
 - ⇒ Produtos hortícolas, frescos ou refrigerados;
 - ⇒ Frutas frescas;
 - ⇒ Café;
 - ⇒ Farinhas de trigo e cereais;
 - ⇒ Máquinas e aparelhos para a agricultura, horticultura, e outros;
 - ⇒ Máquinas e aparelhos para a indústria de moagem ou tratamento de cereais;
 - ⇒ Máquinas - ferramentas para trabalhar madeira

B - Administrados pela SUDAM

1.- Imposto sobre a Renda – IR:

- ✓ redução de 75% do IR até o ano 2003, concedida a empreendimentos industriais, agropecuários e de serviços básicos com projetos de implantação aprovados;
- ✓ redução de 50% do IR de 2004 a 2008, concedida a empreendimentos com projetos de ampliação e/ou modernização e/ou diversificação aprovados;
- ✓ redução de 25% do IR de 2009 a 2013, concedida a empreendimentos com projetos de ampliação e/ou modernização e/ou diversificação aprovados

2. FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia:

- ✓ financiamento para inversões fixas;
- ✓ a pessoa jurídica que utiliza a faculdade de deduzir 18% de seu imposto de renda devido, com a finalidade de investi-los na Amazônia, podendo destinar aqueles recursos, via FINAM, para projetos de investimentos a serem aprovados pela SUDAM, ou aprovar projetos próprios para efetuar esta aplicação.

C - Administrados pelo Banco da Amazônia (BASA)

FNO - Fundo Constitucional do Norte

O FNO foi criado através da Lei N° 7827, de 27/09/89, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea “c” da Constituição Federal. Tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Norte, mediante a execução de programas de financiamentos direcionados ao atendimento das atividades produtivas nas áreas ecológica, social, tecnológica e econômica dos setores rural, industrial e de turismo.

O FNO compreende os programas a seguir:

✓ Programa de Apoio às Micro-Empresas de Atividades Seleccionadas – PROMICRO

Objetiva criar condições para a implantação de pequenas unidades agro-industriais na região, como mecanismo de indução à formação de cadeias produtivas necessárias à sustentabilidade da pequena produção familiar rural organizada e ao fortalecimento da economia regional.

✓ Programa de Desenvolvimento Industrial – PRODESIN

Seu objetivo é promover o desenvolvimento da indústria de transformação da Região Norte, proporcionando a implantação, ampliação e/ou modernização, racionalização e realocação de empreendimentos dos diversos segmentos do setor.

✓ Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria – PROAGRIN

O programa procura apoiar as iniciativas empresariais que visem a implantação, ampliação, modernização e realocação de unidades agro-industriais na Região. Cria condições para o processamento local de matérias-primas de origem agrícola, pecuária e florestal, gerando emprego e renda na região. Fortalece as atividades produtivas do setor rural, elevando a competitividade dos produtos agrícolas, pecuários e florestais de forma que possa atender a demanda de mercado regional e conquistar espaço nos mercados nacionais, aumentando o valor agregado regional.

✓ Programa de Desenvolvimento do Turismo Ecológico – PRODETUR

Objetiva promover o desenvolvimento do ecoturismo em localidade da Amazônia, com potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza, assim como, oferecer aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais da região, buscando a formação de uma consciência ecológica.

✓ Programa de Apoio ao Turismo Convencional – PROGETUR

O programa apoia as iniciativas empresariais de investimento no turismo convencional, proporcionando a implantação, ampliação, modernização e diversificação da infra-estrutura e dos equipamentos turísticos (meios de hospedagem e de transporte) em áreas pioneiras, de expansão de fronteira econômica da região ou em cidades, preferencialmente, do interior com comprovado déficit de hospedagem.

✓ Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica – PROCATEC

Seu objetivo é apoiar o desenvolvimento do sistema regional de ciência e tecnologia, incentivando a geração e transferência de inovações tecnológicas, através de iniciativas que articulem a base técnico-científica com o sistema produtivo privado, visando impulsionar a criação de pólos de modernização das atividades empresariais na região.

D - Administrados pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

✓ Programa Amazônia Integrada – PAI

Criado pelo DEC.DIR-369/94 BNDES, de 01/12/94. O Sistema BNDES apoia neste programa empreendimentos conduzidos pela iniciativa privada que: sejam geradores de emprego e renda com vantagens competitivas inquestionáveis; possibilitem a integração da Região Norte com o restante do País e com o mercado externo; sejam consistentes com a política ambiental da Região Amazônica.

Através do FINAME – Agência Especial de Financiamento Industrial, o BNDES oferece uma série de linhas de crédito, das quais destacam-se:

✓ FINAME – Programa Automático

Com a finalidade de financiar firmas individuais, pessoas jurídicas de direito privado, sediadas no país, para a aquisição, diretamente de empresas fabricantes, máquinas e equipamentos novos produzidos no país.

✓ FINAME – Programa Especial

Financiamento a usuários e fabricantes para aquisição ou venda / produção, respectivamente, de máquinas e equipamentos novos, produzidos no país e que atendam a uma das seguintes condições:

- sejam produzidos sob encomenda e apresentem relevante acréscimo de tecnologia ou índice de nacionalização;
- estejam competindo com congêneres importados;
- destinam-se a projetos de elevado interesse para a economia nacional

✓ FINAME – Crédito Complementar

Complementar financiamentos concedidos pelo FINAME para aquisição de máquinas e equipamentos de empresas associadas à ABIMAQ, SIMEFRE, ABICOMP, ABCPAL, ABINEE, ABIMO, e SINAEMO, participantes do Fundo OURONMAQ do Banco do Brasil.

✓ FEPEMI- Fundo Especial de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais

Com a finalidade de apoiar o treinamento de pessoal e assistência técnica, objetivando estimular o aumento da produtividade e da produção e/ou promover a melhoria das estruturas administrativas das empresas

4.2. Incentivos Estaduais

Vantagens Fiscais e Extra-Fiscais que o Estado oferece:

Além da concessão dos Incentivos Fiscais Federais já mencionados, o Estado conta com os seguintes instrumentos legais:

1. Lei n.º 023, 21/11/91 - Institui o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Roraima – FUNDER:
 - ✓ com o objetivo de dinamizar e contribuir para o crescimento da economia estadual;
 - ✓ financia investimentos fixos e mistos;
 - ✓ beneficia empresas industriais com sede e foro no Estado
2. Lei n.º 025, de 21/12/92 – Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais nas áreas de Livre Comércio:
 - ✓ concessão do crédito presumido do ICMS;
 - ✓ restituição total ou parcial do ICMS;
 - ✓ isenção do ICMS para micro e pequenas empresas;
 - ✓ diferimento do imposto em determinadas operações internas;
 - ✓ redução da base de cálculo para exportação de madeira
3. Lei n.º 124, de 26/03/96 - Dispõe sobre o tratamento diferenciado e preferencial às micro e pequenas empresas do Estado de Roraima, nos campos administrativo, tributário, creditício e de desenvolvimento empresarial, desde que preenchidos requisitos específicos.
 - ✓ isenção do ICMS quanto às saídas de mercadorias e serviços e ao fornecimento de alimentos que realizarem;
 - ✓ isenção do ICMS quanto às saídas de mercadorias, na hipótese de transferências de estoque de uma microempresa para outra, em virtude de transformação, fusão, incorporação, venda de estabelecimento ou encerramento das atividades;
 - ✓ isenção de taxas de serviços dos emolumentos da Junta Comercial;
 - ✓ suspensão do ICMS nas saídas de mercadorias destinadas à comercialização ou à produção industrial posteriormente remetidas às micro e pequenas empresas com sede no Estado, promovidas por contribuintes não cadastrados como microempresas, para os casos definidos na lei;
 - ✓ dispensa, em determinados casos, do cumprimento de obrigações tributárias acessórias;
 - ✓ às micro e pequenas empresas serão concedidos benefícios pela Lei 023/92 que institui o FUNDER, sendo destinados no mínimo 50% dos recursos totais para o financiamento das atividades e investimentos industriais, agroindustriais, agropecuários e turísticos de micro e pequenas empresas do Estado, tendo como limite máximo juros anuais de 6%.
4. Estímulo para infra-estrutura:
 - ✓ venda de lotes a preços reduzidos no Distrito Industrial de Boa Vista
5. Outros estímulos:

empresas somente participarão de licitações de entidades e órgãos do Governo se consorciadas com uma ou mais micro e pequenas empresas, assegurando-lhes 30% do fornecimento de bens ou da execução de obras. (Decreto n.º 486, de 09/03/93 - Dispõe sobre os critérios na participação de micro e pequenas empresas nas licitações governamentais).